



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

20 **3ª Reunião da Câmara Técnica de Gestão**
21 **Territorial, Unidades de Conservação e Demais**
22 **Áreas Protegidas.**

23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

Brasília/DF.
03 de abril de 2013.

(Transcrição ipso verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

44A **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
45**DConama)** – Bom dia. Acabamos de ter quórum. Então, eu acho que nós
46podemos começar essa a reunião da Câmara Técnica. Antes de qualquer
47explicação inicial, qualquer questão, acho que vale a pena nós sempre
48fazermos uma rodada inicial de apresentação, até para que todos que estão...
49Que não são membros da Câmara e que estão presentes aqui hoje, possam
50também se apresentar. Eu sou Adriana Mandarino, Diretora do Departamento
51de Apoio ao Conama.

52

53

54A **SR^a. ZENAIDE NUNES MAGALHÃES (Anamma)** – Meu nome é Zenaide
55Nunes Magalhães, eu sou da prefeitura de Recife e aqui eu estou
56representando a Anamma, substituindo o Maurício Guerra.

57

58

59O **SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Bom dia a todos.
60O meu Bruno, trabalho no Departamento de Zoneamento Territorial do
61Ministério do Meio Ambiente, primeiro suplente de uma das vagas do Governo
62Federal.

63

64

65A **SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – Dione Macedo, trabalho no Ministério de
66Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

67

68

69O **SR. ALEX NAZÁRIO SILVA OLIVEIRA (Instituto de Meio Ambiente/AL)** –
70Bom dia a todos. Bom dia a todos. Alex Nazário, do Instituto do Meio Ambiente,
71do Estado de Alagoas.

72

73

74O **SR. MARCÍLIO CARON NETO (Associação Brasileira de Produtores de**
75**Florestas)** – Marcílio Caron Neto, sou Conselheiro Titular, represento o setor
76florestal, suplente da CNA.

77

78

79A **SR^a. ALESSANDRA (Contag)** – Vice Presidente, relações internacionais,
80Contag.

81

82

83A **SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DConama)** – Renata, Departamento de
84Apoio ao Conama.

85

86

87O **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DConama)** – Robson, gerente do
88Conama.

89

90

91O **SR. JOÃO BATISTA MONSANTO (Ademasp)** – João Batista Monsanto. Eu
92sou da Ademasp e sou suplente do Doutor Paulo Nogueira Neto.

93

3

2

4

94

95 **O SR. FILIPE MELO REZENDE (ICMBio)** – Bom dia. Filipe Melo Rezende, eu
96 sou do ICMBio.

97

98

99 **O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Bom dia a todos. João Batista
100 Câmara, eu sou analista ambiental do Ibama e eu estou na condição de relator
101 do Grupo de Trabalho de Capacidade de Suporte nas Regiões Metropolitanas.

102

103

104 **A SR^a. INGRID PONTES BARATA BOHADANA (SRHU/MMA)** – Bom dia.
105 Meu nome Ingrid Bohadana, eu sou analista de infraestrutura da SRHU, do
106 MMA.

107

108

109 **O SR. RONALDO COSTA (SRHU/MMA)** – Ronaldo Costa, analista ambiental
110 do Departamento de Gestão Ambiental Urbana, da SRHU.

111

112

113 **O SR. JOSÉ VIEIRA BATISTA (MME)** – José Vieira, eu sou do Ministério de
114 Minas e Energia, Secretaria Executiva.

115

116

117 **O SR. GUILHERME FIORANI (MME)** – Guilherme, analista de infraestrutura do
118 Ministério de Minas e Energia.

119

120

121 **O SR. NILO DA SILVA TEIXEIRA (MME)** – Bom dia. Nilo Teixeira, Ministério
122 de Minas e Energia, Secretaria Executiva.

123

124

125 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
126 **DConama)** – Bem vindo a todos. Nós temos aqui uma série de questões pré-
127 pauta a serem resolvidas e encaminhadas para essa Câmara. Primeiro eu
128 gostaria de dar uma explicação geral sobre a sociedade civil, o mandato das
129 ONGs nesse atual Regimento não coincide com o mandato da Câmara
130 Técnica, que é de dois anos, mas o mandato da Câmara vence ao final deste
131 ano e o mandato das ONGs, por conta da eleição daqueles fazem parte do
132 Cadastro Nacional de Entidades Ambientais venceu no final do ano
133 passado, com uma eleição que aconteceu em fevereiro. Para a metade das
134 ONGs que participam do Conama, a outra metade tem assento definido porque
135 elas estão definidas em Decreto, mas toda a sociedade civil revê a sua
136 participação nas Câmaras Técnicas, foi revisto no começo deste ano, nesta
137 Plenária que aconteceu em março. A Câmara Técnica de Gestão Territorial e
138 Unidade de Conservação havia sido convocada antes da mudança das
139 entidades da sociedade civil. Então, para esta reunião permanecem as
140 entidades anteriores, e no caso quem veio é o Contag neste final de mandato.
141 E a definição sobre as novas entidades está sendo feito ainda em um processo
142 que está terminando pela sociedade civil. Uma segunda questão que eu
143 gostaria de colocar é que essa Câmara é presidida pelo Pedro Menezes, em

5

3

6

144 nome do ICMBio, a presidência é sempre uma eleição feita pela Câmara e ela
145 é pessoal, ela não é representada pela instituição, é o presidente. No caso o
146 Pedro saiu do ICMBio. Então, automaticamente ele deixou de fazer parte da
147 presidência da Câmara, porque embora a presidência seja pessoal a vaga é da
148 instituição, do ICMBio. E o Vice-Presidente dessa Câmara é o João Carlos de
149 Carli, pela CNA, que não está hoje, está o suplente o Marcílio Caron. Então, a
150 primeira tarefa desta Câmara hoje é fazer a eleição para um presidente desta
151 reunião específica. E uma nova eleição para presidente da Câmara será feita
152 na próxima reunião, onde esse assunto tem que ser pautado especificamente.
153 Então, a tarefa primeira que eu gostaria de chamar os senhores seria para
154 fazer uma sugestão, apresentação de algum nome e depois a eleição para
155 alguém conduzir dia de hoje do trabalho. Nós imaginamos que é um dia que
156 nós podemos fazer uma discussão sobre encaminhamentos, dois Grupos de
157 Trabalho e mais informes, a expectativa nossa do Departamento de Apoio ao
158 Conama é que isso dure manhã, podendo encompridar um pouco a hora de
159 almoço, mas é uma expectativa de duração de uma manhã só de trabalho.
160 Então, eu gostaria de deixar a palavra aberta para alguém apresentar o nome
161 para a condução dos trabalhos de hoje. O Regimento meio que define isso, é
162 alguém do próprio membro da Câmara, nós fazemos uma abertura inicial,
163 colocamos o problema para a Câmara... Nós temos aqui algumas pessoas que
164 têm mais experiência e que participam até de Plenário e etc.. Então, de alguma
165 maneira eu estou aqui olhando especificamente para Marcílio e para a Dione.

166

167

168 **A SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – Como sugestão, eu... O Bruno é suplente do
169 titular, do presidente titular e o Caron é suplente do vice. Então, ficaríamos
170 entre os dois aqui.

171

172

173 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
174 **DConama)** – É porque vejam que a situação é essa, não é... O suplente do
175 presidente não assume a presidência. Quem assume a presidência é o vice, é
176 que neste momento estamos sem ambos.

177

178

179 *(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

180

181

182 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
183 **DConama)** – Deixa-me olhar aqui. Os titulares da Câmara. Digo-te já. Só um
184 minutinho. Olhei a Câmara errada. Então, o titular, o Estado de Alagoas é titular
185 nesta Câmara o Alex. E o Alex então, é o presidente hoje. A Contag também é
186 a titular da sociedade civil. A Contag aqui é a Alessandra. Então, temos dois
187 titulares nesse seu critério.

188

189

190 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Tinha dois, então, entre os dois.

191

192

193A SR^a. **ALESSANDRA DA C. LUNAS (Contag)** – Eu acho que ele pode
194presidir, até porque, como você já explicou, a Contag estava na gestão anterior
195e esse processo agora de continuidade não vamos estar, eu acho importante
196quem vai estar seguindo.

197

198

199O SR. **ALEX NAZÁRIO SILVA OLIVEIRA (Instituto de Meio Ambiente/AL)** –
200Sem nenhum problema eu preferiria que algum gestor com mais experiência
201pudesse desenvolver, mesmo que eu não participei de alguns dos Grupos de
202Trabalho e seria interessante ver o resultado deles, porque devido ao não
203acompanhamento principalmente da gestão territorial, da capacidade de
204suporte. Eu acharia interessante que alguém de dentro aqui, mesmo que
205suplente com mais experiência pudesse conduzir. Seria interessante.

206

207

208O SR. **BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Eu me candidato,
209por falta de candidaturas, mas tem dois, porém, eu também não tenho muita
210experiência aqui na Câmara Técnica, eu acho que é a minha segunda ou
211terceira reunião e eu só posso ficar no período da manhã, eu tinha avisado à
212Maíra e à Renata. Então, fico, me candidato, mas na expectativa de que se
213encerre pela manhã os trabalhos.

214

215

216A SR^a. **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
217**DConama)** – Nós damos um suplente, nós ficamos aqui ajudando. Está bem
218assim? Marcílio, silêncio absoluto.

219

220

221O SR. **MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Tudo bem. Eu concordo.
222Essa questão da falta de experiência é coisa superada. A pessoa... Aqui é o
223desafio e eu acho que ele tem todas as condições, principalmente porque um
224dos assuntos está relacionado diretamente com talvez com o trabalho que ele
225faz. Então, eu acho que tem sim grande contribuição nessa discussão.

226

227

228A SR^a. **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
229**DConama)** – Então, está bem, Bruno. Então, por unanimidade na Câmara
230venha para cá, você passa a presidir a reunião de hoje.

231

232

233O SR. **BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Bom dia a todos.
234Então novamente me apresentando, agora como presidente extraordinário
235desta reunião da Câmara Técnica de Gestão territorial e Unidade de
236Conservação. Iniciando então os nossos pontos de pauta aqui previstos no dia
237de hoje, como a Adriana disse nós temos a expectativa de finalizar a discussão
238ainda no período da manhã, ainda que nós estendamos um pouco pelo horário
239o almoço. O primeiro que seria um ponto mais tradicional de pauta, que seria a
240aprovação da transcrição *Ipsis litteris* da reunião anterior da nossa Câmara
241Técnica. No caso seria para ver se alguém tem alguma consideração a fazer
242sobre a transcrição que foi disponibilizada para cada um dos representantes ou

243então se nós temos uma aprovação da forma como ela foi submetida aos
244senhores. Alguém tem alguma consideração a fazer? Aprovada a transcrição.
245Agora nós vamos para a Ordem do Dia, aqui a Adriana já estava sugerindo
246uma primeira inversão de pauta nesses dois temas iniciais, dado que um dos
247relatores da questão do Grupo de Trabalho para a questão capacidade de
248suporte das regiões metropolitanos, em nome do senhor Bocuhy não está aqui
249presente ainda, está a caminho, mas ainda não chegou, seria a sugestão,
250portanto, de nós iniciássemos com questão da avaliação das Unidades da
251Conservação, a partir da contribuição do Instituto Chico Mendes aqui
252representado pelo Filipe. E, portanto, seria essa sugestão de início de nós
253iniciarmos a nossa Ordem do Dia com o segundo ponto de pauta, ao invés do
254primeiro, da capacidade de suporte, já tem o pessoal da SRHU e do Ibama
255preparados, mas nós queríamos esperar, portanto, a chegada do Igor ainda
256para iniciar a discussão. Tudo bem?

257

258

259**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu... Todos esses
260processos que estão elencados aqui nós vamos discutir ou não?

261

262

263**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
264**DConama)** – São dois como ponto de pauta que são retornos de Grupo de
265Trabalho para a Câmara para que Câmara delibere sobre o encaminhamento o
266que GT vai dar nas suas discussões. Os outros são informes e as pessoas que
267vêm dar os informes também não estão aqui. Então, o Bruno está no primeiro.
268Certo. Que é do ZEE da região do Purus.

269

270

271**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu me refiro aqui à
272revisão da Resolução Conama 303.

273

274

275**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
276**DConama)** – Essa eu que vou dar o informe. Você quer começar por isso?

277

278

279**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu gostaria.

280

281

282**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
283**DConama)** – Então está bom. A 303 é a coisa mais simples do mundo, enfim,
284é uma Resolução que tem grande... Com o novo Código Florestal tem um setor
285compreendendo que ela estaria revogada na sua integralidade e existem outras
286manifestações, o Ministério Público vem... Nós temos notícias de que o
287Ministério Público nos Estados vem atuando com base nessa Resolução.
288Então, o que nós fizemos foi fazer uma consulta formal à Consultoria Jurídica
289do Ministério para que nos oriente sobre como proceder. Porque primeiro tem
290um entendimento jurídico de como está, qual é a interpretação a ser dada para
291o novo Código Florestal. E depois tem um processo de revisão dela dentro do
292Conama, se couber, ou um processo de revogação explícita, que é o melhor

293caminho para que não paire dúvidas quanto a interpretação que ela é... Que é
294dada a ela no território nacional. Só que para que nós possamos pautar isso no
295Conama nós entendemos mais prudente consultar a área jurídica sobre isso.
296Estamos aguardando.

297

298

299**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu acho que é o melhor
300encaminhamento. E a minha manifestação é o que o Ministério Público
301realmente está aplicando Resoluções em cima de uma lei que já foi revogada,
302de uma Resolução que regulamenta, que regulamentava dispositivos da lei
303anterior. Ela foi revogada, ela perde de totalmente o seu efeito. Então, eu
304inclusive fiz um apelo na reunião preparatório do Conama que estava presente,
305e nesse sentido. Era a revisão de todas, a revisão não, a revogação porque a
306lei também diz que a partir de agora toda regulamentação proveniente da Lei
30712.651 é ato do chefe do Poder Executivo. Não é mais competência do
308Conama. Então, isso tem que ser revisto na lei. Está claro na lei, é claríssimo
309essa visão. Então, o que nós não... O que não pode estar se fazendo é o que
310Ministério Público continua fazendo uso das normas regulamentares de uma
311forma... Eu acho que não conveniente juridicamente.

312

313

314**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
315**DConama)** – Então, essa mesma explicação e esse mesmo informe que eu dei
316quanto a 303, vale também para a 369 que é uma situação idêntica, temos
317também um questionamento feito para a Consultoria Jurídica do Ministério.
318Porque se nós transferirmos, Caron, esse tipo de discussão que é
319eminentemente jurídica para um Plenário do Conselho, fica muito difícil de
320atuar, tem que ter uma base de uma definição básica, de uma compreensão
321sobre isso, para daí nós podermos ou revogar na sua integralidade ou
322modificá-la naquilo que for possível e pertinente.

323

324

325**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu concordo, eu acho
326que é um grande encaminhamento.

327

328

329**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Aproveitando
330então, eu vou fazer em informe, dado que também é bastante rápido, sobre
331Zoneamento Ecológico e Econômico da Sub-região do Purus, no Estado do
332Amazonas. Não sei se os senhores se recordam, mas no último ano nós
333tivemos a apreciação desse zoneamento aqui na Câmara Técnica, no que diz
334respeito à solicitação, a indicação de redução de reserva legal, com base no
335Zoneamento Ecológico e Econômico nas áreas indicadas pelo Zoneamento do
336Purus, para fins de recomposição florestal, ou seja, aquelas áreas que já
337havam desmatado mais do que o Código Florestal, seja o atual ou o anterior
338previam, poderiam recompor somente 50% da área da propriedade do imóvel
339rural, e ao invés de 50% com base, portanto, nas indicações do Zoneamento
340Ecológico e Econômico. O que acontece? Entre a apreciação e a aprovação
341dessa indicação por parte da Câmara Técnica de Gestão Territorial e a sua
342apreciação pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, nós tivemos a

343aprovação do novo Código Florestal, que restringiu a aplicação dessa medida,
344essa redução da reserva legal nos imóveis rurais a partir da indicação do
345zoneamento, a um marco temporal específico, 22 de julho de 2008, uma data
346sobre a qual diversos dispositivos do Código Florestal se referem. E o
347Zoneamento da Região do Purus, no Estado do Amazonas, indicava que essa
348redução seria possível até 31 de agosto de 2009, portanto, numa data
349posterior, vamos dizer assim, mais permissiva do que o que está colocada na
350legislação federal atualmente em vigor. Com base nisso nós remetemos essa
351preocupação para o Estado do Amazonas, o Estado do Amazonas fez as suas
352considerações sobre a questão da correção da lei do Estado, com base no que
353dispõe o novo Código Florestal, e isso foi superado. Só que do ponto de vista
354da apreciação desse assunto, a continuidade da apreciação desse assunto
355pelo Conama é uma questão ainda pendente, aberta com o novo Código
356Florestal, por quê? Porque o Código anteriormente vigente, a Lei 4.771 era
357explícito em atribuir essa oitiva de indicação da redução da reserva legal ao
358Conama. Ele dizia lá que o poder público federal, ouvido Conama, o Ministério
359do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, poderia permitir essa redução
360da reserva legal. O novo Código Florestal ele deixa isso em aberto, ele diz que
361cabe ao poder público federal e aí ele não delimita qual instância do Governo
362Federal seria responsável qual a instância seja responsável por fazer essa
363redução, poderia autorizar, portanto, a redução do percentual de reserva legal
364de 80 para 50%. Portanto, em que pé que nós nos encontramos em relação ao
365ZEE do Purus nesse momento? Como foi dito pelo Caron, a regulamentação
366do Código Florestal está sendo feita pelo Poder Executivo Federal, por meio de
367Decretos, nós já apresentamos uma proposta de Decreto que regulamenta os
368artigos referentes ao Zoneamento Ecológico Econômico, no qual nós
369esperamos retomar a competência do Conama para a apreciação dessa
370redução da reserva legal para fins de regularização ambiental. Nós vamos ter
371uma reunião da Cominação Coordenadora Nacional do Zoneamento Ecológico
372Econômico na próxima segunda feira, onde nós vamos discutir essa proposta
373de Decreto de regulamentação, para em seguida iniciar o trâmite formal no
374Ministério do Meio Ambiente, na Casa Civil e aí, portanto, para que nós
375tenhamos a Resolução dessa questão do Zoneamento Ecológico Econômico
376da Sub-região do Purus, nós ficamos aguardando essa regulamentação no que
377se refere a quais instâncias do Governo Federal atualmente são as
378responsáveis para apreciar esses indicativos de redução da reserva legal, nós
379temos a expectativa enquanto Ministério do Meio Ambiente que o Conama
380retome esse papel, por meio de Câmara Técnica de Gestão Territorial,
381Assuntos Jurídicos e pela Plenária, mas ainda é uma questão em aberto e que
382posteriormente a Resolução dessa questão nós vamos ter a apreciação do
383Zoneamento da Sub-região do Purus, a continuidade dessa apreciação.

384

385

386**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
387**DConama)** – Complementando e por outro lado, o Estado do Amazonas fez
388uma provocação ao Departamento de Apoio ao Conama no sentido de que
389retomasse, porque a última Câmara Jurídica tinha deixado em suspenso esse
390processo, exatamente por conta dessa indefinição e o estado do Amazonas
391nos questionou: “ora, nós estamos aqui em um processo político, precisamos
392encerrar isso, fazer, dar os passos subsequentes na redução da reserva legal,

393conforme o ZEE propõe”. Então, adiante dessa provocação feita ao
394Departamento de Apoio ao Conama nós pautamos esse assunto na Câmara
395Técnica de Assuntos Jurídicos para que ela também se manifestasse diante
396disso que a lei define como poder público federal e ao mesmo tempo não diz
397que é o Conama, e a regulamentação ainda não saiu. E aí o entendimento da
398Câmara Assuntos Jurídicos é de que enquanto não houver a explicitação do
399Conama, o Conama está fora. E aí de alguma maneira libera o Estado para
400que o Estado pleiteie junto à Presidência da República os passos
401subsequentes. Num ZEE já que está aprovado, já estava aprovado pelas
402Câmaras Técnicas do Conama, mas não por sua Plenária. Então, na medida
403em que a lei mudou e excluiu o Conama, porque não explicita que o Conama é
404ainda alguém a se manifestar, então a Câmara entendeu que não cabe mais
405essa discussão aqui dentro. E com isso o Estado ficou de alguma maneira
406liberado para pleitear junto à Presidência da República o Decreto de redução
407da reserva legal.

408

409

410 **SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Só um esclarecimento.
411 Talvez a Lei Complementar 140, sobre as competências comuns ela tem que
412 formar uma tripartida, ela tem que ser regulamentada, tripartida onde o
413 Conama tem uma cadeira. Então, a União tem uma cadeira, Estado, Município,
414 Distrito Federal e o Conama. Essas determinações que cabem ao chefe do
415 Poder Executivo, no caso Federal, o fórum não é essa tripartida para essas
416 decisões e de outras leis que têm uma sobre o meio ambiente?

417

418

419 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
420 **DConama)** – Eu não sei te dizer exatamente se essa questão do ZEE poderia
421 passar pela tripartite, isso não sei avaliar. Pelo Código Florestal, pela
422 interpretação que nós fizemos interna aqui não, seria simplesmente o Poder
423 Executivo Federal que é como está dito. Agora, quanto a tripartite nós estamos
424 trabalhando esses dias em um processo de indicação ou de eleição dos
425 membros do Conama para esta cadeira que o Conama tem direito. Então, isso
426 vai, os Conselheiros vão estar recebendo um ofício com esse processo eleitoral
427 daqui a pouco dias.

428

429

430 **SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Só
431 complementando, Adriana, com base no que você disse, nós entramos em
432 contato com o Estado do Amazonas depois que realizamos a reunião da
433 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e eles concordaram em nós
434 esperarmos a regulamentação do Código Florestal para em seguida nós
435 darmos continuidade à tramitação do ZEE da Sub-Região do Purus, eles não
436 vão pleitear esse processo diretamente com a Presidência da República para
437 aplicação dessa medida naquelas áreas indicadas pelo zoneamento.

438

439

440 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
441 **DConama)** – O outro informe é que vai ser dado por uma pessoa do Ibama,
442 que é que daquele Relatório do Qualidade Ambiental da Zona Costeira. E aí

443isso ainda vai vir um pouquinho mais tarde. Tivemos a informação, a Maíra
444teve a informação de quem viria em nome do Bocuhy, da Proam, não vem.
445Viria o Ivis, que está hospitalizado, viria o Mourão, que não vai poder vir. Então,
446aquela minha proposta de inversão de pauta perde o sentido. Consulto os
447senhores se podemos manter o ponto de pauta do jeito que estava.

448

449

450**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Você está falando sobre
451a questão costeira?

452

453

454**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
455**DConama)** – Questão Costeira a pessoa vai vir mais tarde um pouco, ela dá
456esse informe. Eu estou falando sobre o primeiro ponto de pauta que é da
457capacidade de suporte em região metropolitana.

458

459

460**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Porque essa norma para
461padronização dos procedimentos de monitoramento também, análise e
462sistematização para a elaboração de Relatório de Qualidade Ambiental, isso
463está em discussão há mais de 10 anos, com certeza. Eu participei desta
464Câmara durante 4 ou 5 anos e esse assunto já estava pautado, já vem
465pautado. Desculpe-me, é uma falta de respeito do órgão que tem que vir dar
466esses esclarecimentos que o Ibama. É pegar os anais antigos sempre à
467mesma tônica, não tem, vem vi aqui faz um discurso vazio, não apresenta
468absolutamente nada e isso aqui está... São duas coisas, que faz mais de dez
469anos que está nesta pauta aqui. A outra não sei se faz 10 anos porque ela é de
4702006, mas até um ano depois nós estamos discutindo, porque eu fiz parte
471desse grupo que é a 369, aonde tinha que estar se fazendo uma relação, se
472buscando os órgãos licenciadores, federal, estaduais e municipais para poder
473ter essas informações, e envolvemos a Abema, a Anamma e etc., e também
474não conseguimos elaborar isso. Esses dois pontos que estão na pauta aqui são
475pontos já de discussão. Isso aqui tinha que se tomar uma decisão, isso foi
476pedido da própria Câmara a manifestação até do Ministro naquela época, a
477última foi do MinC para que se manifestasse junto ao presidente do Ibama para
478se tomar alguma iniciativa realmente para que nós pudéssemos discutir esse
479processo.

480

481

482**RENATA VIGNOLI (DConama)** – Licença, Bruno, só um esclarecimento.
483Doutor Marcílio, só para lembrar que a 369 ela também está sob consulta para
484ser consultada pela Consultoria Jurídica. Isso. Porque no novo Código Florestal
485também não tem nada explícito. Então, está sob análise também. Então, o
486informe é nesse sentido, que os dois pontos da 303 e da 369 estão sob a
487consulta na Consultoria Jurídica do MMA. A 302 o processo específico que
488está pautado, não tem nenhum processo pautado. Não tem.

489

490

491**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
492**DConama)** – É o que nós pegamos era os processos de revisão, que estavam

493 tramitando aqui e nós daí tínhamos uma incerteza de como conduzir o
494 processo de revisão. Da 302 a lembrança que nós temos é de que não tem
495 processo de revisão quanto a ele.

496

497

498 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – É que a 302 tem a
499 mesma característica da 303

500

501

502 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
503 **DConama)** – A 302 é sobre reservatórios.

504

505

506 **O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Tentar falar no
507 microfone e dizer sempre o nome com antecedência, por favor, para facilitar o
508 registro.

509

510

511 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – A 302 tem a mesma
512 característica da...

513

514

515 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
516 **DConama)** – Eu vou procurar saber sobre a 302 e nós damos uma informação,
517 mas não tinha processo de revisão, por isso é que não foi para apreciação da
518 Conjur.

519

520

521 **A SR^a. MAÍRA (DCONAMA)** – Deixa-me só dar um esclarecimento. Nessa
522 Câmara Técnica existem dois processos referentes à APP, existe um processo
523 que trata da revisão da 303, que é aquela do conceito de linhas de cumeada,
524 topo de morro, que foram duas propostas, uma da sociedade civil e outra
525 apresentada pelo Ministério e depois retirada pelo próprio Ministério. Mas, o
526 processo existe. E nós temos um processo de revisão da 369. Como o
527 andamento dos dois processos depende da regulamentação do novo Código
528 Florestal e de uma análise jurídica sobre a revogação ou não pelo novo Código
529 Florestal da 303, da 369 e até da 302, nós encaminhamos esses dois
530 processos que é o que existe na Câmara Técnica para a Conjur do Ministério
531 se manifestar e para nós podermos pautar novamente aqui para a Câmara, ou
532 extinguir os processos, ou abrir um processo de revogação expressa da 303 e
533 da 369. Então, nós estamos aguardando essa manifestação. Quanto a 302 não
534 existe um processo na Câmara Técnica de revisão dessa matéria. Então, é por
535 isso que não foi feita nenhuma consulta específica quanto a ela.

536

537

538 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
539 **DConama)** – Ela entra, Marcílio, em um outro bloco que são Resoluções que
540 precisam ser revistas ou revogadas na sua integralidade, mas isso é um outro
541 bloco, não eram aqueles que já estavam em processo de revisão, por isso

542tratamento diferenciado. Isso não significa que nós não estejamos atentos a
543essa Resolução que praticamente deverão ser revogada na integralidade. Ok?

544

545

546**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Então, nós
547consideramos aqui, Adriana, que só resta pendente informe a questão do
548relatório de qualidade ambiental da zona costeira e quando o Ibama chegar nós
549abrimos o espaço para eles. Como nós não vamos ter a presença de Proam
550para participar mais da questão do Grupo de Trabalho de Formulação de
551Indicadores para a Capacidade de Suporte das Regiões Metropolitanas, nós
552propomos manter a ordem do dia, iniciar a discussão com esse aspecto,
553fazendo um pequeno resgate aqui para a própria Proam, que fez uma
554provocação no ano de 2010 para que nós iniciássemos essa discussão, com
555base nas discussões que nós fizemos aqui se foi decidido criar um Grupo de
556Trabalho específico para se dedicar a esta questão, no âmbito do próprio
557Conama, nós tivemos aquele impasse e era no âmbito do Ministério do Meio
558Ambiente, ou se abrangeríamos outras instituições, conseqüentemente por
559meio do Conama. Foi feito um primeiro seminário em setembro do ano passado
560para discutir essa questão, com uma série de especialistas, e o Grupo de
561Trabalho constituído com esse objetivo decidiu na sua última reunião, realizada
562em fevereiro deste ano, realizar um novo seminário em junho deste ano e é
563esse o nosso ponto de pauta aqui hoje, eles querem que nós façamos uma
564apreciação dessa proposta do seminário e aqui, portanto, eu abria a palavra
565para o Ibama para e a Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério, para
566falar sobre essa questão.

567

568

569**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Bom dia a todos. João Câmara.
570Eu sou analista ambiental da Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama. O
571ponto de pauta seria a apresentação do andamento do Grupo de Trabalho que
572foi proposto por uma instituição representante das entidades ambientalistas da
573Região Sudeste, Eco Juréia, foi apresentado como proposta, o Doutor Carlos
574Bocuhy, representando o Proam, solicitou esta abertura desse Grupo de
575Trabalho para tratar de um assunto que é de grande complexidade e de
576importância em termos numéricos de população brasileira, que são o conjunto
577das regiões metropolitanas. O tema é complexo, mas ao mesmo tempo é
578desafiador e à época que foi feita a proposta foram feitas manifestações por
579pareceres técnicos onde o Ibama e o Ministério se posicionaram favoráveis à
580abertura desse Grupo de Trabalho, em função da importância e relevância
581desse tema. Então, a partir daí foram dados início aos trabalhos, foi definido,
582esse Grupo de Trabalho tem o Doutor Carlos Bocuhy como presidente e eu
583como representante do Ibama, não na condição do Conselheiro, mas
584convidado como relator. E a partir de julho do ano passado nós demos início
585aos trabalhos desse grupo, buscando colocar a proposta inicial, preliminar do
586Movimento Ambientalista da Região Sudeste com pouco mais de definição de
587como seria tratada essa questão no contexto de uma Resolução do Conama.
588Então, a partir daí nós fizemos todo um trabalho de discussão, a partir de
589agosto e os senhores já receberam a documentação, nós realizamos três
590reuniões do Grupo de Trabalho para a discussão de condução técnica, de
591temas a serem discutidos e já chegamos a realizar um seminário para um

592primeiro levantamento de conceitos, de ideias, de experiências, de
593instrumentos de gestão e instrumentos econômicos que estão em adoção ou
594Brasil ou em outros países para que nós possamos levantar, o primeiro
595levantamento de informações que são úteis e que nós consideramos como
596elemento de trabalho desse grupo que está em desenvolvimento. Eu não sei se
597seria o caso, Adriana, eu não sei como é que foi feita essa parte de
598organização da apresentação, mas tem uma sequência de trabalhos que foram
599feitos e eu estava entendendo que essa apresentação seria feita pelo
600presidente do Grupo de Trabalho, Doutor Bocuhy, que infelizmente não pôde
601estar presente e o seu representante também não, mas na condição de
602relatoria eu tenho condições de dar um pouco, pelo menos em termos de
603informes, qual o foco é a condução e o que está nos motivando a trazer a essa
604Câmara Técnica hoje essa quanto possível deliberação em função de
605encaminhamentos que são necessários para a condução do processo. Não sei
606se tem uma... Acho tinha uma possível projeção das etapas das reuniões que
607foram realizadas, mas de qualquer forma nós temos na sequência aqui que a
608primeira reunião desse Grupo de Trabalho foi realizada no dia 1º agosto do ano
609passado, onde nós fizemos um primeiro debate de quais, como que o Conama
610e a Câmara Técnica, o Grupo de Trabalho dentro dessa Câmara Técnica
611trataria dessa questão. A primeira percepção foi de que o tema é muito
612polêmico, ele é desafiador porque existem dúvidas conceituais quando nós
613buscamos as bases conceituais de capacidade de suporte, ou capacidade de
614carga, que tem muita similaridade conceitual e como aplicar os conceitos à
615prática de uma gestão territorial no contexto da região metropolitana. Então,
616nós fizemos uma primeira discussão do que seria o foco desse Grupo de
617Trabalho, e aí, nessa primeira reunião nós sinalizamos que seria interessante
618que nós obviamente fizéssemos um inventário preliminar de conceitos, de
619ideias, de identificar pessoas, autores, acadêmicos institucionais que têm
620colaborado em termos de uma proposta de revisão no sentido de busca de
621sustentabilidade nas regiões metropolitanas e esse foi o foco. Então, nós
622identificamos esses pontos que são mais relevantes para um início de
623discussões no contexto do Grupo de Trabalho, mas ainda sem muita noção de
624como seria o formato de uma Resolução no Conama que deveria estar
625interferindo no crescimento populacional, na gestão das áreas verdes, urbanas,
626nos serviços, no transporte, na questão de mobilidade, uma série de tópicos,
627nós já preliminarmente já reconhecemos como fundamentais para esta
628discussão de gestão ambiental nas regiões metropolitanas. E aí nós fizemos
629como proposta do Grupo de Trabalho um primeiro seminário que seria com o
630objetivo de ouvir da comunidade científica, de institucionais que são gestoras
631de regiões metropolitanas, de instituições que trabalham diretamente ou
632indiretamente com essa temática, e foi realizado um seminário que foi nos dias
63319 e 20 de setembro do ano passado, realizado nesse prédio, nós tivemos uma
634participação de mais ou menos 60 pessoas de diversas instituições que
635trouxeram grandes contribuições nesses aspectos que eu tinha falado antes.
636Então, os palestrantes foram 12, nos brindaram com muita contribuição, para
637que o Grupo de Trabalho tivesse um pouco mais de norte de orientação de
638como que seria a condução desse processo. Houve muito debate com relação
639à possibilidade de aplicação dos conceitos de capacidade de suporte que vem
640desde lá a metodologia básica, então nós tem estudos de capacidade de
641suporte, com controle de populações e espécies na biologia, na ecologia e isso

642vem se adaptando para ambientes antrópicos, ambientes urbanos e diversas
643situações. Mas, é uma base conceitual que ainda como política pública não
644está efetivamente adotada em nenhum lugar do mundo, nós não temos uma
645política específica de gestão de capacidade de suporte em regiões
646metropolitanas. Então em função disso, nós entendemos que seria interessante
647fazer esse primeiro levantamento dessas informes, que estão disponíveis nos
648documentos que estão no site do Conama, e nós entendemos que nessa
649condução desse processo entre a segunda e a terceira reunião nós definimos
650que seria interessante passarmos um pouco dessas informações preliminares,
651do objetivo do Grupo de Trabalho que é definir uma Resolução que atue na
652questão de gestão de capacidade de suporte em ambientes metropolitanos
653para as instituições que são hoje gestoras responsáveis diretas ou
654indiretamente pela gestão dessas regiões. Está previsto o seminário em junho
655onde nós estaríamos submetendo pessoas e instituições convidadas
656previamente, disponibilizando o material que nós já temos em mãos, e ao
657mesmo tempo trazendo o debate nas experiências do dia-a-dia de gestão
658dessas instituições, com foco em indicadores que são já adotados por essas
659instituições, instrumentos econômicos, conceitos, diretrizes, para que se
660busque nas políticas públicas a questão da sustentabilidade. Isso é muito
661complexo porque envolve uma série de políticas distintas e convergentes. Eu
662estou falando de política urbana, política agrária, política de controle de
663poluição, uma série de coisas, política mineral, todo tipo e diversidade de ações
664que nós temos no contexto das regiões metropolitanas. E o nosso, assim, para
665não entrar muito em detalhe nos aspectos, eu acho que não estava previsto nós
666fazermos um resumo dos principais aspectos conceituais que foram colocados,
667mas tem uma série de, pelo menos indicadores que são sugeridos por
668instituições que já trabalham com isso já há bastante tempo, ou seja, nós
669tivemos a representação da Doutora Denise Cronenberg, do IBGE, que é a
670responsável pela elaboração do IDS, que é o Indicador de Desenvolvimento
671Sustentável e que trouxe uma contribuição do IBGE de quais são aqueles
672números e diversos indicadores do IDS, e quais seriam aqueles mais
673interessantes para se adotar em políticas urbanas. O Ministério das Cidades
674esteve presente também sugerindo uma série de indicadores que já que são de
675uso constante das políticas e programas em realização pelo Ministério das
676Cidades. O Ministério Meio Ambiente apresentou PNIA, que é o Programa,
677Painel Nacional de Indicadores Ambientais, que também tem um conjunto de
678indicadores dos quais alguns são relativos direta ou indiretamente à questão de
679monitoramento de qualidade ambiental em regiões metropolitanas. Mas nós
680temos nesse momento algumas propostas, alguns indicativos de temas que
681são interessantes, que poderiam ser considerados pelo Grupo de Trabalho,
682mas nós entendemos que ainda temos muito trabalho a fazer em função de
683trabalhar com um contexto de uma Minuta de Resolução. E nessa discussão
684nós temos trazido também os programas de Governo que incidem sobre a
685matéria, têm uma série de iniciativas e uma delas foi uma iniciativa muito
686recente do Ministério do Meio Ambiente de desenvolver um programa nacional
687voltado à sustentabilidade nas cidades. Então, nós estivemos discutindo muito
688recentemente a possibilidade de integrar essa iniciativa do Ministério e discutir
689como que nós poderíamos fazer uma convergência de interesses do Grupo de
690Trabalho com a proposta da Câmara Técnica, de maneira que nós possamos
691economizar tempo, recurso e otimizar as ações institucionais dos esforços que

692estão previstos para o tema, já que nós consideramos que ele é realmente
693muito importante. As regiões metropolitanas hoje, com certeza, não é
694desconhecimento de ninguém, que apresenta uma série de indicadores muito
695negativos em termos de concentração populacional, de questões de
696saneamento básico, questões de mobilidade, de poluição atmosférica, de áreas
697verdes mínimas, até a falta delas em termos de recomendações da
698Organização Mundial de Saúde, por exemplo. E nós entendemos que na
699posição que nós estamos hoje, nós precisaríamos ter um aval da Câmara
700Técnica um pouco do que nós fizemos, esse foi um material que foi
701disponibilizado e os próximos passos para que nós possamos ter uma
702convergência de opiniões e uma orientação para os próximos passos do Grupo
703de Trabalho. E aí eu não sei se seria interessante colocar como informe
704também Adriana, não sei como estava previsto, se é só um informe realmente,
705de entrar um pouco mais de detalhe nos documentos, porque nós fizemos na
706última reunião de trabalho uma proposta de um roteiro mínimo de perguntas
707que seriam encaminhadas às instituições que são gestoras das metropolitanas,
708para o próximo seminário. Nós entendemos que esse seminário é muito
709importante para dar continuidade a este processo, só que nós precisamos ter
710um aval dos Conselheiros da Câmara Técnica da condução desse processo e
711se esse seminário poderá ser realizado ou não, em qual contexto. E também
712ter a oportunidade de trazer um debate à Câmara Técnica, uma posição do
713Ministério com relação a essa iniciativa que está se dando agora de um novo
714programa que aborde esta questão, e que eu acho que seria muito
715conveniente, sabe, e oportuno, e que daria suporte às ações que são previstas
716no que diz respeito à suporte financeiro, institucional, político, já que nós
717estamos falando de um conjunto muito grande de Municípios envolvidos nas 55
718regiões metropolitanas já instituídas no Brasil hoje. Eu não sei se entraria em
719detalhes porque os levantamentos já foram feitos e foram disponibilizados.
720Então, nós já temos o levantamento preliminar de quais regiões metropolitanas,
721quais Municípios, quais as instituições que estão envolvidas, as pessoas que já
722foram identificadas como potenciais participantes nesse Grupo de Trabalho. E
723como proposta da Câmara, desse Grupo de Trabalho, de definir os próximos
724passos para esse processo.

725

726

727**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
728**DConama)** – Eu tenho a impressão, João, que todo o material produzido pelo
729Grupo de Trabalho e é um material denso, é um material que tem uma base já
730bastante consolidada para um tema tão complexo e tão amplo, está todo no
731site. O importante para essa Câmara e para os membros dessa Câmara é
732terem noção do que aconteceu da instituição, do Grupo de Trabalho até agora,
733o que é o que GT pretende fazer e a Câmara é quem avaliza tudo isso, porque
734o escopo do grupo é definido pela Câmara, assim como seu... Não chega a ser
735um cronograma de trabalho, mas são os próximos passos. Eu tenho a
736impressão que nós podemos abrir, porque você deu muita informação, embora
737dizendo que de alguma maneira não ser você, mas você estava perfeito porque
738é isso, você como relator de um tema bastante técnico e árido, é um tema árido
739porque é uma preocupação de todos nós como membros de cidades e
740participantes de um processo de cidadania, e convivendo todos os problemas
741urbanos, mas não é em temo acessível do ponto de vista teórico para todo

742 mundo. Então, eu acho que você conseguiu nos passar muita coisa. Tenho a
743 impressão que o melhor agora é abrir a palavra para a compreensão disso e
744 para a apresentação de algumas coisas, o Ministério do Meio Ambiente nós já
745 contatamos, a Silmara esteve presente na última reunião da Plenária
746 colocando um programa do Ministério que tem um foco que encaixa com essas
747 preocupações desse grupo então, dá a impressão de que seria também
748 importante que ela se manifestasse como o Ministério vem vendo tudo isso.

749

750

751 **SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (SRHU/MMA)** – Bom dia a todos. Nós
752 estivemos na Plenária para falar sobre o Programa Brasil Mais 20, que é um
753 programa que tem como proposta construir de forma coletiva e articulada com
754 os Municípios e com os Estados uma Política Nacional para a Sustentabilidade
755 Urbana. E a metodologia, a pedagogia definida para que esse programa seja
756 implementada, ela se estrutura em 4 eixos: um eixo que é de comunicação,
757 animação da sociedade, levantamento dessa questão para além das formas
758 mais banalizadas que nós acabamos convivendo ao longo desse tempo,
759 chamando a responsabilidade da para questões consistentes da
760 sustentabilidade urbana; um eixo que é voltada para a capacitação, e essa
761 capacitação ela pressupõe articulação dos instrumentos existentes elaborados
762 nos próprios Municípios, como Plano Diretor, Plano de Resíduos, Plano de
763 Saneamento, Plano de Habitação, Plano de Mobilidade, Plano da Mata
764 Atlântica, Zoneamento Ecológico Econômico, Projeto Orla, vários instrumentos
765 de gestão territorial que podem fundamentar e catalisar um processo de gestão
766 sustentável desse território, que eles não estão em fases comunicantes, quase
767 sempre feitos do formas fracionada, setorializadas, sem diálogo e quando nós
768 vamos conversar daqui da esplanada com os Municípios é como se nós
769 partíssemos do zero e talvez algo mais crítico em relação a isso, como se
770 todos os Municípios fossem iguais, como se todas as áreas urbanas fossem
771 iguais. Então, nesse segundo eixo que é o eixo da capacitação nós temos uma
772 proposta de investir de forma muito concentrada agora desse segundo
773 trimestre até o final deste ano, na consolidação, compilação, consolidação de
774 todos esses instrumentos dos Municípios que vierem a participar do programa,
775 e eu falo um pouco do critério de participação, já, já eu falo disso, mas o
776 Ministério com a parceria de instituições parceiras e que têm atuado na busca
777 da sustentabilidade urbana, incluindo aí Organizações Não Governamentais,
778 setores acadêmicos, estudiosos do assunto e outras instituições, conseguir
779 fazer a organização, compilação e a preparação dessa base articulando todos
780 esses instrumentos para que os Municípios a partir delas se qualifiquem, o que
781 nós temos chamado de alfabetização conceitual e científica, se habilite a fazer
782 gestão integrando esses instrumentos e fazendo um distanciamento e uma
783 releitura das condições ambientais urbanas do Município; um terceiro eixo que
784 é na sequência desse de capacitação, que parte dessas informações
785 compiladas, que trata temáticas da realidade ambiental urbana, como a
786 questão das coberturas vegetais, das águas urbanas, da poluição, da
787 mobilidade, da ocupação do solo de forma sustentável e outros temas mais
788 específicos, partindo do processo de urbanização até o cenário atual dos
789 Municípios. Então, esse terceiro eixo ele utiliza toda essa reflexão crítica e essa
790 transferência de conteúdo e provocação de olhar e capacidade de gestão, para
791 uma releitura do território ambiental urbano, construindo um diagnóstico que

792 não é um novo diagnóstico, é um diagnóstico que se apropria de todos os
793 diagnósticos realizados em cada um desses planos, desses instrumentos de
794 gestão já realizados, com investimentos públicos, praticamente todos eles, ele
795 se apropria disso e consolida um diagnóstico atualizando em cima de
796 comunicação com indicadores que pretendemos estabelecer na avaliação das
797 condições ambientais urbanas dos Municípios. Concluído esse terceiro eixo
798 que é a parte da leitura ambiental urbana, já fomentada por toda essa
799 transferência de conhecimento e disponibilidade de informação da articulação
800 dos instrumentos, parte-se para a construção de metas ambientais urbanas dos
801 próximos 20 anos. Nós presenciamos trabalhar ao longo desses 20 anos os
802 cinco mil e tantos Municípios brasileiros. 5.560 Municípios brasileiros, mas a
803 cada dois anos implementar um ciclo. O primeiro ciclo é esse que devemos
804 iniciar agora no segundo semestre de 2013, concluindo no segundo semestre
805 de 2014, ele prevê uma amostragem por tipologia ambiental urbana de mais ou
806 menos 500 Municípios. A ideia não é fazer piloto, não dá para nós
807 trabalharmos com piloto num país de tantas diversidades, nós queremos
808 trabalhar com amostragem real da diversidade ambiental urbana nos
809 Municípios brasileiros, e para isso desenvolvemos um estudo de tipológico,
810 chegamos a 128 tipologias, o que caracteriza a grande diversidade desse
811 ambiente urbano brasileiro, e dentro dessa tipologia está contido, sem dúvidas,
812 os Municípios que são de áreas metropolitanas, porque mesmo no desenho
813 institucional metropolitano existem Municípios com diferenças ambientais e
814 urbanas completamente assimétricas dentro de um mesmo recorte
815 metropolitano. Então, a nossa proposta é nesse primeiro ciclo trabalhar com a
816 essa amostragem de 500 Municípios, mais ou menos 8.000 participantes nos
817 Municípios de todo esse processo, fazendo parte de capacitação, da leitura e
818 da construção participada das metas. A construção de diretrizes e indicadores
819 para as questões da sustentabilidade urbana e a consolidação coletiva de uma
820 política nacional para a sustentabilidade urbana, com marcos regulatórios
821 nesse mesmo caminho. Considerando que o programa prevê um atendimento
822 dessa universalidade ambiental, urbana brasileira, nossa proposta para o
823 Grupo de Trabalho e trazemos aqui para a Câmara, colocando como uma
824 proposta a ser também do nosso desejo, o Ministério do Meio Ambiente
825 observada e apoiada, discutida e conduzida com a participação dessa Câmara,
826 nós entendemos que esse programa ele incorpora em grande soma o que o
827 Grupo de Trabalho propõe para as regiões metropolitanas. O Grupo de
828 Trabalho que tem um foco em regiões metropolitanas, o Programa Brasil Mais
829 20 tem a observação dos ambientes urbanos brasileiros, suas relações
830 municipais e regionais, portanto, no contexto metropolitano uma observação
831 específica para isso, ele parte do princípio que para dialogar, estabelecer
832 normas que vão dialogar com esses espaços nós precisamos conhecê-los e
833 conhecemos só com a participação dos atores desses territórios, e propõe uma
834 pedagogia, uma metodologia que ela anima todos esses autores, articula de
835 forma pedagógica os instrumentos já existentes, investe em capacitação e
836 consolidação desse conhecimento, e trabalha uma análise diagnóstica em
837 conjunto para poder definir metas locais, tipológicas e nacionais em conjunto, e
838 a partir disso diretrizes, indicadores e uma política nacional com normativas
839 para as áreas urbanas aí contemplando com certeza as áreas urbanas e
840 metropolitanas também. Então, nesse sentido nós propusemos, vamos levar
841 para o fórum do Grupo de Trabalho, mas trazendo a esta Câmara a proposta

842que este programa ele seja instrumento para o alcance do que o grupo se
843coloca, nós afinemos procedimentos e cronogramas para isso, e mais,
844aproveitando esse espaço para expor a esta Câmara e colocar o desejo que
845essa Câmara acompanhe e componha o trabalho de coordenação desse
846programa.

847

848

849**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Bom, obrigada
850Silmara. Silmara, eu queria te fazer uma pergunta e aí com essa minha
851pergunta para a Silmara, já queria abrir o debate aqui, a participação de todos
852os representantes que também quiserem colocar perguntas. Eu entendo então,
853Silmara, de que a relação do Programa Brasil Mais 20 com o Grupo de
854Trabalho, de capacidade de suporte, seria mais na terceira ou quarta fase do
855Programa Brasil Mais 20, ou você já acha que seria possível desde aquele
856diagnóstico, dos diversos instrumento de gestão territorial existentes para os
857Municípios já seria possível isso de alguma forma aportar contribuições para o
858trabalho de formulação dos indicadores de capacidade de suporte?

859

860

861**A SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (SRHU/MMA)** – Entendo que já
862imediatamente, utilizando inclusive a perspectiva do seminário com o diálogo
863com essas instâncias de gestão metropolitanas, para poder afinar a abordagem
864tanto da capacitação como da leitura. Então, a nossa intenção já é estabelecer
865o trabalho comum agora, já imediatamente.

866

867

868**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Bom,
869companheiros, eu abro a outras perguntas, outros questionamentos. Você quer
870falar, Dione?

871

872

873**A SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – Só uma pergunta. Esse programa já está...
874Vai ser implantado? Como está? Eu não consegui captar isso aí ainda, em que
875pé que ele está.

876

877

878**A SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (SRHU/MMA)** – Dione, para poder situar.
879O Ministério do Meio Ambiente avança nessa questão da discussão urbana
880com muita recência. A Secretaria de Recursos Hídricos passou a ser Secretaria
881de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano de 2007 para cá. Nesse exercício se
882constituiu um Departamento de Gestão Ambiental Urbana que é o
883departamento que eu dirijo atualmente. O departamento fez uma proposta no
884começo desse ano, final do ano passado e começo desse ano, ao gabinete do
885Ministério de organizar um programa de alta articulação, eu registro aqui, ele é
886só ocorrerá com uma articulação intragovernamental, o Ministério de Minas e
887Energia sem dúvida é um parceiro de primeira hora para este programa, quanto
888a articulação com as instituições que atuam nas questões urbanas e que não
889são instâncias governamentais. Então, esse programa foi apresentado no
890começo do ano como uma proposta geral, nós encaminhamos para o Ministério
891de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Saúde e Ministério do Planejamento,

892a nota técnica que se subsidiou a orientação da Ministra em relação ao
893programa, propondo uma aproximação e um diálogo, tivemos um retorno muito
894rápido do Ministério da Saúde com quem já estamos em avançada
895conversa. Na sequência o Ministério da Ciência e Tecnologia que estamos
896também trabalhando na perspectiva de uma cooperação técnica. Ministério das
897Cidades também enviamos e estamos na construção de como fazer essa
898convergência. Então, esse início do segundo trimestre nós entendemos como o
899momento de fechamento dos procedimentos de articulação institucional e
900constituição de um Comitê Gestor e de uma Coordenação Geral e uma
901Coordenação Pedagógica, para que em junho o programa seja lançado nessa
902perspectiva temporal, mobilização dos Municípios de junho até agosto.
903Reuniões e atividades regionais de agosto até setembro, início da capacitação
904em outubro, com fechamento em fevereiro. Transferindo todo o trabalho a
905capacitação para leitura da realidade ambiental urbana, que inicia em março do
906ano que vem e se concluirá em maio, trabalho da sistematização das metas
907locais, tipológicas e nacionais em junho e julho do ano que vem, a aprovação
908em instâncias coletiva e pactuadas dentro desse trabalho das metas nacionais,
909tipológicas e locais entre agosto e setembro. E nesse intervalo a elaboração da
910minuta da Política Nacional, compartilhada com essas instâncias de
911sustentabilidade urbana e dos marcos normativos para que passamos aprová-
912los entre setembro e outubro. Essa é a proposta temporal, mas o programa
913está com uma proposta pedagógica e metodológica construída com o
914cronograma construído, mas em momento de articulação intragovernamental e
915articulação externa. Por isso apresentamos no Plenário do Conama com a
916intenção de dar ainda mais difusão às instituições que compõem o Conselho no
917sentido de irmos canalizando esses esforços e compondo essas cooperações.

918

919

920 **SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Silmara, quais
921 foram os critérios, já foram identificados para esse primeiro agrupamento de
922 500 Municípios?

923

924

925 **SRª. SILMARA VIEIRA DA SILVA (SRHU/MMA)** – A proposta é que
926 alcançar uma amostragem como nós relatamos aqui. Fizemos esse estudo,
927 chegamos a 128 tipologias, para composição dessas tipologias foram
928 considerados biomas, cobertura vegetal existente, os aspectos
929 socioeconômicos e para isso nós utilizamos o índice Firjan e fizemos uma
930 checagem com estudo da linha de pobreza e as tipologias desenvolvidas, o
931 estudo desenvolvido pelo IBGE sobre tipologias municipais e brasileiras que
932 parte daquela centralidade econômica e regionalização. Cruzando todos esses
933 elementos nós chegamos a 128 tipologias, fizemos uma aplicação num modelo
934 matemático de um Município por tipologia e por Estado, é óbvio que tem
935 Estados que têm três tipologias, outros têm 50, quando aplicamos esse
936 primeiro modelo matemático chegamos ao universo de 419 Municípios e o
937 mapa demonstra que isso está bem distribuído territorialmente, não há a
938 tradicional concentração no Sul/Sudeste maravilha brasileira. Então, nós temos
939 uma distribuição territorial, mas isso é uma experimentação, esse é um
940 exercício, a nossa intenção é abrir a adesão, fazer a difusão do programa,
941 concentrar essa difusão em maio para que em junho com o lançamento do

942 programa nós abramos a adesão por um sistema através do portal do
943 Ministério do Meio Ambiente. Nós teremos lá um número de... A intenção é ter
944 um número de inscrições por tipologia por Estado. Então, o Município A do
945 Estado do Sergipe, lá tem 3 Municípios daquela tipologia e nós vamos
946 selecionar, o primeiro a se inscrever será o priorizado no programa. Então, nós
947 faremos isso de forma bem transparente para que os Municípios ao
948 inscreverem percebam se eles estão entre os primeiros, ou os últimos inscritos.
949 Cobrindo essa diversidade tipológica nós encerramos as inscrições e abrimos o
950 ciclo de capacitação. Mas há sem dúvida Municípios que são do ponto de vista
951 ambiental, urbanos estratégicos para o País, que caso eles não manifestem
952 adesão, nós teremos todo um esforço de sensibilização e convencimento, tanto
953 da Administração Pública Municipal quanto dos Conselheiros e atores sociais
954 para que esta adesão ocorra.

955

956

957 **SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Mais alguma
958 pergunta ou comentário? Não?

959

960

961 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
962 **DConama)** – Bom, a questão me parece aí os membros, o GT nesta Câmara,
963 presentes neste reunião. Então, nós só temos o próprio João, é isso? Ou tem
964 alguém mais que tenha participado? O Ronaldo que está aí pelo Ministério. E
965 não temos mais ninguém. Esse é um Grupo de Trabalho que teve uma grande
966 adesão dos Estados. A Bahia teve o Aldo participando bastante, tem vários
967 outros representantes estaduais e da própria Anamma. Então, eu gostaria de
968 ouvi-los um pouco porque como é uma questão muito atinente a Estados e
969 Municípios sobre essa perspectiva, porque concretamente é isso. O Grupo de
970 Trabalho de uma perspectiva e o Ministério entra com uma outra proposta que
971 se soma, mas que modifica um pouco o rumo sendo apresentado e pautado
972 aqui. Então, o João tinha trazido uma proposta muito clara do grupo que com o
973 roteiro metodológico de perguntas para o seminário e etc., etc.. O pouco que
974 eu acompanhei da reunião do GT, a grande dificuldade era como obter as
975 informações. E a grande discussão era como o que Conama vai obter essas
976 informações. Então, eu adianto aqui uma outra questão, que eu participei de
977 reunião e eu fui bastante enfática, o Conama como Conselho não tem
978 condições de colocar impositivamente que quem quer que seja venha para cá e
979 preste informações. Nessa reunião nós tínhamos o membro do Ministério
980 Público Estadual, que é Conselheiro do Conama, o Saint Clair Honorato, que
981 foi um bom embate no sentido assim, de que como Conselho nós temos
982 algumas limitações, agora podemos sim convidar palestrantes e pedir que
983 esses palestrantes preferencialmente abordem determinadas questões. Então,
984 o Grupo de Trabalho estava indo por uma linha, o Ministério apresenta uma
985 outra coisa que se soma e se recoloca a questão do GT. Então, essa Câmara
986 tem que definir basicamente isso, como é que pode haver interação entre as
987 duas coisas e de que maneira isso vai se dar, e como é que a Câmara percebe
988 isso, porque, na verdade, o GT trabalha dentro de um escopo de uma diretriz
989 dada pela Câmara. Então, na medida em que nós temos uma participação
990 muito governamental, o Ibama como relator e o Ronaldo como Ministério do

991Meio Ambiente. Realmente eu acho que é importante nós termos a posição da
992Anamma e do Governo de Alagoas no caso.

993

994

995**O SR. ALEX NAZÁRIO SILVA OLIVEIRA (Instituto de Meio Ambiente/AL) –**

996Como nós participamos, acredito, de uma reunião do GT, se não me engano,
997uma das questões básica até que em que nós comentamos e nós ficamos até
998bem tranquilo foi justamente a tratativa para as diferentes regiões do Estado
999Brasileiro. Como se comportam, como se comporta a questão institucional,
1000como se comporta a questão geográfica, como se comporta todos esses entes
1001que formam cada território. Isso nós percebemos que o GT tratou isso
1002diretamente e ao mesmo tempo vendo essa situação do Brasil Mais 20, a
1003possível inserção de uma metodologia que venha a apoiar e ajudar a situação
1004da capacidade de suporte. Nós entendemos como positiva, mas que ela
1005permaneça sim, se há essa abertura de diferenciar todas as especificidades de
1006cada território brasileiro. Nós, como você mesma falou, Silmara, essa questão
1007dos diferentes instrumentos de gestão do território, nós conseguimos agregar
1008isso, isso é uma coisa, um sonho que nós viemos buscando de muito tempo,
1009digo antes de mim, falando como agora como técnico de um órgão ambiental,
1010onde nós nos deparamos com Zoneamento Ecológico Econômico, Plano
1011Diretor, um Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação, todos eles em
1012uma mesma região onde você não consegue fazer gestão porque cada um
1013utiliza um instrumento legal, um instrumento que foi aprovado dentro de um ato
1014legal e nos deixa em situações em muito complicadas. E seria uma boa
1015oportunidade da compatibilização, da legalização, da instrumentalização de
1016uma metodologia de compatibilização desses instrumentos de gestão e isso
1017escutando você falando eu achei em legal porque nos tira uma dor de cabeça,
1018as brigas entre os órgãos não ambientais, mas os Municípios, o próprio Estado
1019promove dentro do seu território, quando se fala de gestão, nós em Alagoas a
1020questão da gestão da zona costeira é muito complicada, nós temos um Estado
1021que tem a zona costeira bastante explorada e ao mesmo tempo nós nos
1022deparamos com isso, com a aplicação de instrumentos e normas baseadas
1023nessa gestão do território em que nos deparamos com atos legais, e só que
1024situações super dúbias, situações super confrontantes. É interessante a
1025adesão mesmo do Brasil Mais 20 dentro da metodologia de trabalho do grupo,
1026verificar se isso, se é essa adesão ela vai promover, se ela vai promover uma
1027celeridade também interessante devido a essa nossa busca por essa
1028compatibilização da gestão do território com o Estado. Eu acredito que como
1029Município seja algo até bem mais intenso, que vai trabalhar diretamente com a
1030União dessas áreas, dos gestores dessas áreas para que possam chegar a um
1031objetivo comum compatibilizando essas situações. Seria isso.

1032

1033

1034**A SR^a. ZENAIDE NUNES MAGALHÃES (Anamma) –** A Anamma tem
1035participado desse grupo, só que eu estou chegando agora, não participei de
1036nenhuma das reuniões, mas tenho lido e acompanhado a documentação, e
1037vejo que é muito oportuna essa junção de trabalhos que está sendo proposta
1038sendo uma política do Governo, do Ministério nesse grupo que está estudando
1039pontualmente a questão da região metropolitana das cidades. Então, eu acho
1040que realmente tem que acontecer esse próximo seminário, que vá dar

1041 continuidade ao trabalho que tem sido feito, e parablenzo já essa ação de unir
1042 esse pensamento para que nós possamos sair desse... Eu acho que fortalece o
1043 que está sendo proposto porque o estudo inicial ia criar indicadores, e o outro
1044 agora já está pensando em uma política, em um plano que seja... E parablenzo
1045 principalmente a iniciativa de estar sendo, assim, vendo essa amostragem do
1046 Brasil como um todo. Então, nós sabemos que existem diferenças, eu sou do
1047 Nordeste. Então, nós sabemos que têm diferenças grandes e dentro do próprio
1048 Nordeste existem diferenças muito maiores entre as capitais e as regiões
1049 rurais. Então, parablenzo esse olhar facetado, que consegue perceber as
1050 diferenças e que esse estudo realmente caminhe nesse sentido, de ver as
1051 diferenças e de pensar diferente as regiões, sempre buscando a unidade, que
1052 nós tenhamos realmente qualidade da vida e qualidade ambiental em todos os
1053 Municípios.

1054

1055

1056 **O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Eu queria fazer
1057 um aparte aqui também, nós já tivemos algumas conversas sobre isso. E eu
1058 acho que esse conjunto de instrumentos de gestão territorial reflete um pouco
1059 a própria fragilidade do planejamento estatal no Brasil recentemente, nós
1060 tivemos uma clivagem de planejamento, são mais planejamentos setoriais do
1061 que planejamentos transversais, mas eu particularmente tenho uma leitura e
1062 nós temos cada vez mais feito uma convergência conceitual sobre isso de que
1063 a Lei Complementar 140 especificamente, ela nos coloca um direcionamento
1064 bastante interessante sobre essa questão da gestão ambiental no nível
1065 Municipal, que seria por meio do Plano Diretor. E eu particularmente acho,
1066 Silmara, que nessa questão do Programa Brasil Mais 20 tem que pensar de
1067 alguma forma de como esses diversos tipos de planejamentos setoriais ou
1068 alguns até transversais eles podem ser incorporados e se refletem no Plano
1069 Diretor. Nós tivemos a instituição do Estatuto das Cidades há um pouco mais
1070 de 10 anos, é um momento de revisão de diversos desses Planos Diretores, eu
1071 acho que o Programa Brasil Mais 20 teria uma grande contribuição nesse
1072 sentido. E ao mesmo tempo eu vejo que um dos grandes desafios que o
1073 Programa Brasil Mais 20 vai enfrentar nos próximos tempos, principalmente
1074 finalizada a quarta etapa da sua execução, como nós vamos mobilizar esforços
1075 sejam eles instrumentos econômicos, políticas públicas, parceria institucionais
1076 para o alcance das metas que vão ser estabelecidas. Então, eu acho que uma
1077 perspectiva que nós temos que tentar abordar já no Plano Brasil Mais 20 é
1078 como nós podemos mobilizar recursos e aí de diversos níveis para o alcance
1079 das metas que vão ser estabelecidas nesse processo de consertação entre os
1080 diversos autores porque senão eu acho que nós corremos mais uma vez o
1081 risco de estabelecer duas metas, nós tivemos aqueles objetivos de
1082 desenvolvimento do milênio, vamos ter agora os objetivos de desenvolvimento
1083 sustentável para entrar no seu lugar, mas de que forma nós podemos levar isso
1084 adiante e efetivamente concretizar uma gestão ambiental, uma ocupação do
1085 espaço urbano de forma racional. Eu acho que nós temos que ter essa
1086 perspectiva.

1087

1088

1089 **A SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (SRHU/MMA)** – Tem tempo para
1090 estabelecer sobre isso, Adriana, ou não?

1091

1092

1093A **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1094**DConama)** – Tem e depois tem inscrições, tanto da Dione quanto do João
1095aqui.

1096

1097

1098A **SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (SRHU/MMA)** – Eu não falei aqui do eixo
10994 do programa, eu falei que eram 4 eixos falei sobre três. O quarto eixo é um
1100eixo que está focado em organização, sistematização das informações que
1101partem desde o PPA, do Governo Federal, dialogando e por isso uma ação
1102muito parceira com o MPOG, dialogando com os PPAs Estaduais e Municipais,
1103identificando as fontes de recurso nas instâncias de fomento, como os fundos
1104existentes em todas as áreas, a questão ambiental, mas de fundo também de
1105habitação, Fundo de Desenvolvimento Urbano e outros fundos também.
1106Articulando com instituições de financiamento e transferência de recursos como
1107o BID e o BIRD, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, todos estão
1108sendo contatados e articulados para isso. E fazendo a identificação não só das
1109fontes possíveis, mas da forma de dar instrumento de utilização dessas fontes
1110porque nós ainda padecemos do retorno de recursos, os recursos não são
1111suficientes, mas eles sempre sobram porque nós não temos capacidade
1112instalada, na maior parte dos Municípios de desenvolver esses projetos, fazer a
1113captação, aplicar esses recursos com obras ou execuções, procedimentos
1114qualificados e atingir o objetivo para aquilo que se coloca. Então, esse quarto
1115eixo ele trabalha enquanto nós estamos no primeiro trazendo a discussão com
1116a sociedade, e aí considerando o Governo como parte dessa sociedade, mas
1117discutindo os papéis e o alcance das competências de cada papel de cada
1118ator. Um segundo eixo investindo em qualificação e articulação desses
1119instrumentos. Um terceiro provocando um distanciamento e a reaproximação
1120dessa realidade ambiental urbana com base nos instrumentos já existente e
1121qualificando as equipes locais e aí foco mais uma vez, não são os gestores
1122Municipais apenas, mas os Conselheiros de meio ambiente de cidades e de
1123saúde, e atores que tiveram o protagonismo nesses planos e nesses
1124instrumentos todos, investindo para que essa leitura possa dar base para a
1125definição de metas, ao definir as metas no quarto eixo nós estamos fazendo, às
1126vezes eu uso a alegoria de uma constelação, identifico onde está a fonte, que
1127universidade tem pesquisa e estudo desenvolvido, que Ministério tem programa
1128e orçamento para aquele tipo de ação, que a ONG tem desenvolvidos apoio a
1129Municípios e que está desconectado. Então, eventualmente um Município do
1130Ceará com problema de desertificação, o recurso está no Ministério da
1131Integração Nacional, a Universidade do Rio Grande do Sul tem um estudo
1132aprofundado sobre isso, tem uma ONG em São Paulo que tem atuado em
1133apoio e o nosso papel passa a ser de uma grande articulação, identificando
1134sem dúvida alguma a questão das fontes de recurso, mas mais do que isso a
1135capacidade de dar projetos e exequibilidade na aplicação dessas fontes de
1136recurso.

1137

1138

1139A **SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – Eu faço minhas as palavras do Bruno,
1140concordo plenamente com o que ele disse, e pela primeira vez eu estou vendo

1141um problema com um planejamento estratégico pelo menos para 20 anos. Eu
1142trabalho no setor de mineração, no Ministério, não cheguei a receber ainda
1143esse programa. Eu vou correr atrás porque nós temos o maior interesse, viu
1144Silmara? Em trabalhar nesse sentido. Nós já temos. O departamento que eu
1145trabalho é desenvolvimento sustentável e mineração, nós já vimos
1146desenvolvendo há algum muito tempo já, desde 2010 nós começamos um
1147trabalho de capacitação para a questão da inserção da atividade minerária no
1148Plano Diretor, dos municípios, que é uma questão extremamente sensível,
1149todas as regiões metropolitanas têm agregados de construção civil, areia, brita
1150e tudo mais e isso não é trabalhado. Eu acho ei muito boa essa iniciativa e
1151estamos aí para colaborar. Vamos conversar. Já terminando aqui nós já
1152conversamos.

1153

1154

1155**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Eu só queria reforçar alguns
1156aspectos que foram falados, que tem também convergência com o que tem
1157sido colocado de pensamento dos membros do Grupo de Trabalho. Quando
1158nós começamos a discutir o que seria o trabalho a ser seguido por esse GT
1159específico em nós chegamos a considerar e foram até feitos pareceres de um
1160questionamento se seria o fórum mais adequado, em função da complexidade
1161dessa da pluralidade de planos e de diretrizes, de instrumentos gerenciais que
1162você não citou, mas acho que é importante, a Agenda 21 Municipal que
1163também tem uma série de iniciativas muito positivas com Municípios que
1164avançaram muito, outros não, mas de qualquer é um trabalho a mais que se
1165coloca em termos de uma agenda de sustentabilidade urbana, onde nós
1166discutimos no primeiro momento que seria interessante que esse assunto fosse
1167tratado inicialmente como um Grupo de Trabalho das instituições públicas,
1168principalmente Ibama e o Ministério, compartilhando com os diversos
1169interessados, ou seja, seguir um contexto de uma Resolução do Conama. E aí
1170nós optamos, nós não vamos fazer a Resolução no Conama, mas envolvendo
1171todas as instituições, mas isso traz a discussão, a forma de tratar essa
1172complexidade. Então, nós estamos assumindo a possibilidade de trazer essa
1173discussão no contexto do Conama, mas sempre com essa ressalva de que nós
1174tenhamos um momento, a necessidade de fazer um contato direto com as
1175instituições gestores do processo que é o projeto da nossa análise que são as
1176municipalidades. O nosso foco na região metropolitana, na verdade, nós
1177estamos falando de um conjunto de municípios que buscam uma agenda
1178comum e nós chegamos a discutir alguns nas três reuniões, como seria esse
1179processo de consulta formal, extrapolando o GT e Câmara Técnica, e Conama
1180e direcionando a instituições que não fazem sequer parte de representações
1181formais do Conama. E tinha essa dúvida, chegamos a questionar a Adriana em
1182termos de como seria, quem assinaria o convite para uma convocação da
1183prestação de informação sobre indicadores, sobre base de dados das
1184informações dos Municípios para contribuir nesse Grupo de Trabalho. E nesse
1185questionamento nós entendemos que quando surgiu essa possibilidade de um
1186programa do Ministério do Meio Ambiente, que nós teríamos a figura da própria
1187Ministra de Estado como uma pessoa que estaria assinando os documentos,
1188fazendo as convocações para municiar o Grupo de Trabalho. Então, esse foi
1189um aspecto que nós consideramos que em termos de estratégias, porque no
1190caso, por exemplo, operacional, nós estamos concebendo um questionário a

1191ser enviado para uma instituição específica, gestora de uma região
1192metropolitana e daqui a pouco vai o Ministério e manda um outro documento,
1193com teor similar ou com alguns temas convergentes e isso não é uma boa
1194organização em termos de gestão pública. Então, pelo menos no meu
1195entendimento como membro do Grupo de Trabalho é que a participação do
1196Ministério como pró-atividade no processo de consulta e de levantamento de
1197informações e para municiar o Grupo de Trabalho para que nós possamos
1198informações suficientes para consubstanciar uma Minuta de Resolução do
1199Conama eu acho que seria bem vindo nesse caso. Então, eu acho que pelo
1200menos que eu escutei dos Conselheiros nas últimas reuniões é de que esse
1201impasse estaria resolvido de uma maneira bem interessante. Para dar
1202continuidade ao nosso grupo. E aí significa... Têm poucos membros do Grupo
1203de Trabalho, mas eu como representante, na condição de relatoria eu vejo
1204como muito interessante a proposta dessa convergência e em que pese poder
1205haver alguma diferença de time, de tempo de expectativa de agenda, que nós
1206estávamos tentando mais ou menos consolidar uma Minuta de Resolução para
1207ser submetida à Plenária do Conama ainda este ano, ao final do ano. E aí eu
1208não sei se pela condução do programa proposto pelo Ministério, se nós
1209teríamos condições de cumprir essa agenda tentativa, porque não tinha nada
1210assim firmado em função do que nós não temos informação suficiente para
1211falar que nós temos condição de elaborar uma Minuta, em função da
1212complexidade, que já foi falado, mas eu acho que isso pode ser colocado
1213também a submeter aos representantes, os Conselheiros do Grupo de
1214Trabalho, mas um aval da Câmara Técnica nesse sentido seria muito balizador
1215em termo de decisão do próprio Grupo de Trabalho.

1216

1217

1218**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1219**DConama)** – Assim, voltando um pouco a tarefa que está colocada para a
1220Câmara. Realmente a de definir quais os próximos encaminhamentos que esse
1221Grupo de Trabalho vai... Como é que se dá a continuação do trabalho do GT.
1222Isso que a Câmara tem que fazer. Então não está, pelo que eu estou
1223percebendo das discussões as ideias estão claras e, embora tenha ainda um
1224nível abstrato do que está sendo colocado, mas a ideia está clara, a
1225convergência também está clara e pelo que eu percebi das falas tem afinação.
1226O que não está muito claro ainda é como conduzir o encaminhamento para o
1227GT. Porque tem uma diferença de time como falou o João. O GT estava
1228trabalhando em uma perspectiva mais acelerada que se passa, se o Programa
1229Brasil Sustentável se incorpora no trabalho do GT, o programa é muito maior e
1230o GT se incorpora dentro, ao contrário, o GT se incorpora nesse trabalho do
1231Ministério, só que são instâncias diferentes. E o Grupo de Trabalho é composto
1232por todos os segmentos do Conama. Então, o que não está claro é a maneira
1233do trabalho do GT instituído por esta Câmara, contribuindo e recebendo as
1234contribuições do Programa do Ministério, e a questão do tempo de trabalho que
1235são coisas distintas. Então, por um lado eu estou compreendendo que o GT
1236perde no sentido da aceleração que queria dar, ok. Isso é inevitável. Por outro
1237lado ele ganha uma dimensão do trabalho que tinha primeiro um problema
1238institucional, de como obter as informações e depois uma complexidade muito
1239grande que o Grupo de Trabalho já tinha claramente a noção de que não
1240conseguiria abarcar muitas coisas porque o tema envolve muito e o problema

1241do GT era exatamente se focar em uma coisa que dissesse respeito ao
1242Sisnama. Então, como é um programa de Governo Federal ele vai conseguir
1243ter muito mais dados e a partir daí vai ser possível construir alguma Minuta de
1244Resolução, que é o final do GT. O GT vai ter que apresentar o final do seu
1245trabalho uma Minuta ou de recomendação para o Sisnama ou de Resolução.
1246Agora, como elaborar isso estava muito difícil de compreender. Então, eu
1247gostaria de ouvir do João e da Silmara, se os membros da Câmara entenderem
1248que é assim, alguma proposta mais concreta de encaminhamento para que nós
1249possamos passar para um segundo ponto que é o de deliberar, porque essa
1250Câmara tem que deliberar alguma coisa sobre o encaminhamento do GT.

1251

1252

1253**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Tudo bem. Só que eu queria fazer
1254um questionamento antes de seguir com a sua proposta. Eu acho que seria
1255interessante que o Grupo de Trabalho tivesse um retorno dos Conselheiros da
1256Câmara Técnica com relação ao que já foi feito até agora. Porque esse
1257material foi supostamente... Teve acesso algum tempo, lido e seria interessante
1258saber se a condução do Grupo de Trabalho independentemente da proposta do
1259Ministério estava correta, se tem necessidade de correção de rumos, ou
1260multiplicação mais detalhada sobre algum ou outro que foi colocado, porque foi
1261feita uma apresentação em Power Point de tudo que foi feito nessa proposta,
1262foi demandado para isso, mas eu estou à disposição para informar e esclarecer
1263sobre os aspectos que já foram tratados. Os pontos principais eu já citei só que
1264nós não temos, e como essa Câmara está se reunindo pela primeira vez este
1265ano, seria interessante que nós tivéssemos um aval ou uma avaliação mesmo
1266que preliminar do que já foi feito, que é com base nessa avaliação que nós
1267poderíamos ver o grau de convergência da proposta do Ministério, porque aí
1268nós estaríamos fazendo uma coisa mais detalhada. Infelizmente eu até gostaria
1269de registrar que essa discussão de condução do processo seria, eu acho, em
1270minha opinião, fundamental que pelo menos o Presidente do GT estivesse
1271presente ou seu representante, como isso não aconteceu, eu acho que fica um
1272pouco complicado, mas eu acho que o que for definido pela Câmara vai ser
1273passado para eles com certeza.

1274

1275

1276**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1277**DConama)** – Então, só um aparte, João. Realmente concordo porque a
1278proposta vinha da Proam. Então, realmente é uma pena não ter ninguém aqui,
1279a informação que nós temos é de que realmente o Bocuhy não, viria Ivis que
1280está hospitalizado e mandaria uma outra pessoa que não conseguiu ser
1281contatada a tempo. Então, são aqueles imprevistos, mas nós temos uma
1282preocupação sim de repassar muito bem repassado, de estabelecer esse
1283diálogo com muito cuidado, afinal de contas se trata de um proponente, mais
1284do que o presidente do grupo, ele virou presidente do grupo porque era o autor
1285da proposta. Então agora como eles esteve presente na Plenária onde foi
1286colocada a perspectiva do Brasil Mais 20, o Brasil Sustentável, nós tivemos
1287dele na Plenária um retorno muito interessante, muito aberto, muito disponível.
1288O restante todo nós vamos construir junto, agora é claro, a Câmara não pode
1289se furtar das duas coisas que o João colocou, uma é ver se o GT estava no

1290rumo correto e validar tudo que foi feito, isso é o papel hoje; e a outra questão
1291e ver o nível de convergência e as atuações futuras.

1292

1293

1294**A SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (SRHU/MMA)** – A nossa proposta passa
1295por uma vez validada e compreendida como conteúdo pertinente, o trabalho já
1296realizado pelo GT, o Programa Brasil Mais 20 passa a incorporar a produção
1297como parte do conteúdo orientar a capacitação e a leitura. Em relação a
1298seminários nós colocamos a proposta de realizar o seminário, com o objetivo,
1299já estava agendado para junho, com o objetivo, sem dúvida, de ouvir a reflexão
1300dessas instâncias de gestão metropolitana sobre as possibilidades de
1301desenvolvimento sustentável na região metropolitana, mas o seminário já
1302tirando uma orientação de abordagem que o Programa Brasil Mais 20 deverá
1303adotar para os Municípios que integrarem o programa e estiverem em regiões
1304metropolitanas. E a terceira questão é que o grupo acompanhe, e aí, Adriana,
1305uma pergunta ao mesmo tempo em que coloco a proposta, se em instância de
1306grupo ou se a Câmara Técnica acompanha o trabalho do Brasil Mais 20 em
1307todas as suas etapas, da mobilização, adesão, capacitação, leitura, construção
1308das metas, validação das metas, proposição da política, validação da proposta
1309da política e do marco regulatório, como parte integrante das decisões, nesse
1310caso do grupo, especialmente nas que vão estar relacionadas à região
1311metropolitana. Então, nós tínhamos um encaminhamento aqui no sentido de
1312agenda, e de forma de trabalho seria essa.

1313

1314

1315**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Só complementando. Eu acho
1316que pela expectativa que a Silmara está colocando de assegurar a participação
1317efetiva dos Conselheiros do Grupo de Trabalho no programa, eu acho que
1318poderia ser considerada a possibilidade de se criar um Comitê Gestor para o
1319programa que tivesse espaço da participação efetiva do GT, dos Conselheiros
1320do GT, porque aí estaria assegurada a participação ao longo de todo o
1321processo, dos 20 anos previstos ou enquanto durar esse programa. Nós
1322esperamos que dure mais, o maior tempo possível, mas quando muda a
1323política muda às vezes a direção de alguns programas. Quem transita na área
1324de Governo sabe bem do que eu estou falando. Tem descontinuidades que às
1325vezes são inoportunas, mas como o tema urbano é um apelo nacional, e
1326muitas instituições envolvidos, eu acredito que tem tudo para dar certo, mas eu
1327acho que pelo menos ao se configurar um apoio da Câmara Técnica
1328efetivamente, para haja essa convergência, que o Ministério considere a
1329possibilidade, não sei se já tinha sido concebido de como seria a gestão, já que
1330esse programa envolve outros Ministérios, outras instituições, que nem fazem
1331parte do sistema, do Sisnama que se crie um Comitê Gestor no modelo do de
1332mudança do clima, tem uma série de Comissões que são representatividade,
1333de governabilidade, como pessoas que têm tomadas de decisão, que são
1334representativas e que se considera a possibilidade de que o GT faça parte
1335formal do Comitê Gestor, ou do nível hierárquico de definição, de tomada de
1336decisão sobre o processo. Como proposta que eu faço agora com base no que
1337foi apresentado pela Doutora Silmara.

1338

1339

1340 **SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Alguém tem
1341 alguma consideração a fazer sobre a proposta do João?

1342

1343

1344 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1345 **DConama)** – Veja bem, em termos do Conama, quem vota e quem delibera é a
1346 Câmara, o Grupo de Trabalho tem uma tarefa específica dada pela Câmara.
1347 Então, todo o retorno tem que vir para a Câmara. Agora, se tem em GT já
1348 instituído. Então, a proposta do João eu estou entendendo tem que uma certa
1349 lógica porque você tinha um GT já constituído, que agora ele então tem que
1350 dialogar com esse Brasil Mais 20, que não é Ministério simplesmente. Agora a
1351 minha dúvida primeira é se isso se refere, se esse Comitê Gestor estaria a
1352 cargo do GT ou da Câmara Técnica. Foi uma... Não tenho posição ainda.

1353

1354

1355 **SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Eu acho que ter por sugestão
1356 porque realmente tem que discutir a ideia, porque é algo que foi colocado à
1357 mesa recentemente, sem uma pauta prévia, então pegaria todos de surpresa.
1358 Então, tem que ter uma resposta imediata, de pronto. Mas, eu não... Como
1359 uma das possibilidades de já ter experiências vividas em outras situações de
1360 Conama, nós poderíamos discutir a possibilidade de ter um representante da
1361 Câmara Técnica e o um do Grupo de Trabalho no Comitê Gestor, que poderia
1362 em princípio o presidente do GT e um membro da Câmara Técnica designado
1363 pela própria Câmara para fazer parte formal de Grupo de Trabalho a ser
1364 constituído. Como sugestão.

1365

1366

1367 **SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Nós já temos uma
1368 instância de gestão, Silmara? Do Programa Brasil Mais 20?

1369

1370

1371 **SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (SRHU/MMA)** – Na Nota Técnica a
1372 proposta é criar essa Coordenação de Gestão Interministerial com a
1373 participação de atores externos, mas ela ainda não está fechada, está na
1374 articulação, nesse momento de articulação, mas comportaria, sem problema
1375 algum, aliás, dentro do nosso desejo, tanto a representação da Câmara quanto
1376 do grupo.

1377

1378

1379 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1380 **DConama)** – Talvez até uma... Se a Câmara entender que precisa amadurecer
1381 um pouco mais isso, talvez nós não deliberemos isso exatamente hoje. Nós
1382 precisemos pautar isso para uma próxima reunião, formatando um pouco
1383 melhor, me ocorreu isso agora. E com o tempo de amadurecimento do assunto.
1384 Com a presença do presidente do GT.

1385

1386

1387 **SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Mais qualquer de
1388 forma eu entendo que isso seria uma sugestão para consideração por parte o

1389Ministério do Meio Ambiente, a incorporação dessas duas pessoas eventuais
1390na instância de gestão do Programa Brasil Mais 20.

1391

1392

1393**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1394**DConama)** – Mas de qualquer maneira tem uma decisão que extrapola o
1395âmbito do Ministério, que está na esfera desta Câmara, que é como que vai
1396continuar o trabalho do GT. Essa é uma questão colocada aqui. Então, tem
1397uma coisa que extrapola simplesmente a condução do Ministério, mas dialoga.
1398Então, o que está sendo colocado é um Comitê Gestor com a composição dele,
1399da presidência do GT de um membro desta Câmara.

1400

1401

1402**O SR. JOÃO BATISTA MONSANTO (Ademasp)** – É sobre essa vertente nova
1403que surgiu dessa sugestão do João, é que eu acho que nós perdemos o foco
1404do que foi discutido no GT. Que ele remete aqui, inclusive está bem claro, a
1405realização de um seminário para poder... Eu vou usar digerir o assunto e nós
1406precisamos pegar todas essas exposições, tudo que foi dito aqui para
1407elaborar... Aqui falou em pergunta, mas seriam metas para ser discutidas no
1408seminário, e tirar essa solução que nós estamos precisando. E não criar mais
1409um organismo para discutir o assunto que o GT tem que resolver. Isso foi
1410claro? Então, eu acho que tem que pegar isso e decidir dentro do seminário
1411para de lá vir alguma coisa que o GT está precisando.

1412

1413

1414**A SR^a. ALESSANDRA (Contag)** – Eu acho que a meu ver desde a
1415apresentação inicial dá para perceber exatamente que ao se descobrirem no
1416processo, porque quando se cria o GT não tínhamos esse conhecimento do
1417Programa Brasil Mais 20, todo esse processo. É tanto que você apresentava
1418primeiro o seminário, trazia a busca por conceitos, por várias coisas, estava
1419tentando se encontrar nesse espaço. O que o programa traz agora, inclusive
1420adiantou, a meu ver, imensamente o trabalho do GT que abre outros
1421horizontes. Agora, talvez esse diálogo com conjunto, se a possibilidade de
1422fazer parte desse Comitê, e que aí também não é uma deliberação da Câmara,
1423é lá do programa e nós pleiteamos estar nesse espaço, é um passo que
1424independente da continuidade aqui ele pode estar acontecendo. Agora,
1425olhando aqui para a tarefa que o GT teria talvez realmente vamos precisar
1426desse tempo agora de diálogo maior, porque eu acho que eles vão continuar se
1427somando. A Câmara Técnica a partir desse aprofundamento do programa,
1428inclusive pode se descobrir, olha, tem aqui essa necessidade de determinada
1429Resolução, de determinada regulamentação que volta para cá essa tarefa, que
1430a meu ver continua ainda não muito clara. Então, eu acho que a sugestão que
1431nós teríamos como dar espaço hoje é exatamente da importância dessa
1432continuidade agora se institucionalizar, se havia um Comitê Gestor como que
1433vai ser no processo de continuidade, porque essa resposta agora é que vai
1434trazer, inclusive que tipo de normativas nós vamos ter necessidade. Então, eu
1435acho que elas se somaram. Vai, inclusive contribuir no processo de
1436continuidade. Agora o hoje nós já dizemos como é o que GT efetivamente vai
1437conseguir dar continuidade, eu vejo que foi um passo importante de se
1438encontrar nesse processo, e quem sabe depois o GT possa afunilar ao

1439aprofundar esse diálogo também de proximidade, se é via Comitê ou qual é o
1440formato, e ter depois mais claro. Eu acho que hoje realmente, e principalmente
1441sem a presença de quem está tocando, que talvez para ele já esteja mais claro
1442isso, mas a princípio acho que o grande avanço foi exatamente esse encontro
1443com dois processos que vinham caminhando porque exatamente, acho que foi
1444colocado aqui inicialmente, as grandes dificuldades nossa é exatamente a
1445quantidade de coisas vêm acontecendo e às vezes nós estamos em
1446determinados espaços e não conseguimos ver onde é que isso se encontra.
1447Então, eu acho que para o GT foi muito importante, acho que foi um passo
1448importante porque se encontrou um processo e agilizou o trabalho do GT que
1449agora eu acho que está em caminhos mais fáceis para pensar efetivamente
1450como se concretizar também algumas coisas.

1451

1452

1453**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1454**DConama)** – Pode estar até mais fácil. Uma primeira possível deliberação
1455então dessa Câmara é: há convergência do escopo do GT com o propósito do
1456programa. Há necessidade de diálogo e de trabalho conjunto. A maneira como
1457isso vai se dá para a realização do seminário porque o GT estava com um
1458objetivo muito claro, realização de um seminário, para esse seminário tinha
1459algumas dificuldades operacionais e legais, quem chama e quem pede
1460oficialmente as informações. Então, para que isso aconteça há a necessidade
1461que haja uma próxima reunião do GT com o diálogo com o Brasil Sustentável,
1462com o Ministério e a SRHU. Essa seria uma proposta possível de
1463encaminhamento? Porque aí nós marcaríamos uma próxima reunião do GT
1464com esse objetivo de estabelecer esse diálogo e aí partir daí as coisas
1465questões vão sendo construídas, coisa que agora nós não temos muito clareza.
1466O que te parece João? Tudo bem?

1467

1468

1469**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Ok. O tema do modelo de gestão
1470do programa que foi debatido e que você não tinha citado, os outros pontos são
1471importantes, mas também ficou sinalizado de que há necessidade de em
1472função de um programa que ainda está em construção e que não tem ainda o
1473seu modelo gestor definido, que considera a possibilidade de incluir
1474representantes do GT e da Câmara para essa convergência de ações.

1475

1476

1477**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Mas em relação
1478ao seminário especificamente, João, manteríamos a perspectiva de realizá-lo
1479em junho?

1480

1481

1482**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Na minha opinião, acho que sim,
1483em termos de agendamento do Grupo de Trabalho nós temos convicção
1484absoluta de que o próximo passo seria trazer a discussão, já as regiões
1485metropolitanas ou os seus gestores o andamento do trabalho do GT. Extrapolar
1486a nossa esfera de intervenção que até agora ficou no manto do GT, meio
1487acadêmico e já algumas instituições, mas que formalmente já estaríamos
1488mobilizando as regiões metropolitanas para trazer o debate da sustentabilidade

1489no contexto do Conama. Então, esse é um passo importante que eu falei que
1490seria um dos pontos da reunião de hoje seria esse aval da Câmara Técnica
1491porque isso vai se dar de uma maneira externa, ou seja, oficialmente
1492estaríamos trazendo representantes de instituições, da municipalidade ou não,
1493nós temos, no caso de Belo Horizonte temos agência metropolitana que foi
1494criada especificamente para isso. Então, cada região metropolitana tem o seu
1495modelo gerencial, alguns mais avançados e outras menos, mas já fizemos
1496diagnóstico da situação dessas regiões na parte legal e institucional,
1497identificando as instituições e possivelmente ter pessoas e representantes para
1498serem imobilizadas, mas que esta é uma convocação que já seria interessante
1499ter essa convergência com o Ministério porque o Ministério poderia já fazer
1500uma apresentação aos representantes do seminário da proposta, e convidando
1501que essas instituições se agreguem ao processo, inclusive pode ser que as
1502representantes também reivindiquem o processo de participação efetiva no
1503Comitê Gestor. Então, tem uma série de possibilidades que abrem nesse
1504sentido, mas eu acho que eu vejo como todas positivas de avanço em termos
1505de uma busca do que seria uma possível regulamentação para a complexidade
1506da gestão ambiental nas regiões metropolitanas. Então, seria muito oportuno
1507nós termos esse seminário em um processo que ainda está de definição
1508política conceitual e estratégica de conformação desse programa. Então, eu
1509acho que há um espaço até lá para essa contribuição que eu acho que
1510enriqueceria o programa e ao mesmo tempo eu acho que é importante que a
1511Câmara Técnica e o Grupo de Trabalho se façam presentes com pró-atividade
1512no processo de discussão dessa possível regulamentação do Conama. Eu
1513acho que isso fortalece o GT e fortalece a Câmara Técnica, inclusive eu acho
1514que seria interessante e aproveito o espaço para fazer o convite para que os
1515membros da Câmara Técnica participem, na medida do possível do seminário.

1516

1517

1518**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1519**DConama)** – Então, só estou atenta ao tempo e tentando fazer um resumo
1520para que nós possamos depois elaborar um resultado dessa deliberação da
1521Câmara, que retrate fidedignamente o que está sendo discutido aqui. Então,
1522uma coisa seria convergência dos dois objetivos, do GT e do Brasil
1523Sustentável, necessidade de diálogo das duas instâncias, aprimoramento disso
1524que o João... Perdi a maneira como você falou João, mas de um mecanismo de
1525gestão desse programa, que incorpore membros do GT e da Câmara Técnica,
1526necessidade de principalmente, a realização do seminário em parceria com o
1527Ministério do Meio Ambiente, dentro desse Brasil Sustentável. Seria isso de
1528uma maneira... Então, é que isso a Câmara teria. Marcílio quer acrescentar
1529alguma coisa?

1530

1531

1532**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal) – Não.**

1533

1534

1535**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA) –** Mas aí agora eu
1536entendo que nós poderíamos entrar na discussão do seminário em si?

1537

1538

1539 **SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Eu acho que, só uma sugestão,
1540 como foi colocado nesse momento da reunião, seria uma avaliação dos
1541 membros da Câmara Técnica com relação aos trabalhos já desenvolvidos, nós
1542 precisamos de um rumo, de um norte, de uma confirmação se estamos no
1543 caminho certo ou não, porque nós temos dúvida do processo, a complexidade,
1544 institucionalmente é complicada também até esse contato com as outras
1545 instituições nós não sabemos exatamente quem vai mandar esse ofício para
1546 convocar para esse seminário. Então, tem uma série de situações que são
1547 mais de gestão dentro do processo. Mas eu acho que o fundamental no
1548 contexto do Grupo de Trabalho que apresenta para relatório preliminar para
1549 uma Câmara Técnica, o esperado é que Câmara Técnica dê um retorno de
1550 avaliação crítica, mostrando caminhos e propondo correções. Então, nós
1551 precisaríamos passar até para o presidente do GT um retorno efetivo da
1552 avaliação que vocês fazem hoje sobre o esforço que já foi feito até agora e
1553 colocando essa avaliação a proposta que o Ministério acabou de fazer de
1554 incorporar uma situação nova, e que agrega aos objetivos iniciais do Proam e
1555 da Eco Juréia que foi de trabalhar a questão da sustentabilidade nas regiões
1556 metropolitanas.

1557

1558

1559 **SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Respondendo a
1560 tua provocação então João, eu queria fazer uma consideração e aí abro a
1561 palavra depois para as pessoas fazerem as suas próprias avaliações sobre
1562 como tem sido desenvolvido os trabalhos do Grupo de Trabalho. Em relação ao
1563 seminário eu só fico me perguntando se nós não deveríamos ter um pouco
1564 mais de clareza, no momento da sua realização de qual seria o foco da
1565 discussão desse seminário. Foram propostas aquelas perguntas que vocês até
1566 nos apresentaram, e eu fico me perguntando se não seria mais adequado nós
1567 termos um retorno, uma consulta prévia para as 55 regiões metropolitanas,
1568 com base naquele roteiro de perguntas que foram desenvolvidos e com base
1569 no retorno que eles derem para essas perguntas que foram feitas, nós teríamos
1570 até maior clareza de quais seriam aquelas regiões metropolitanas que nós
1571 gostaríamos de ter uma apresentação, que se fizessem apresentações sobre
1572 temas específicos durante o seminário, e até mesmo qual seria isso o foco de
1573 acordo com os problemas indicados por essas regiões metropolitanas na
1574 questão da gestão ambiental desses espaços quais seriam os temas
1575 prioritários a serem discutidos no seminário. Não sei se essa...

1576

1577

1578 **SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Antes de passar para o próximo
1579 ponto eu já posso esclarecer. O que você acabou de colocar é exatamente o
1580 nosso pensamento. Nós fomos à última reunião que nós definimos pontos de
1581 levantamento de informações, que foram colocados na forma de pergunta, o
1582 que nós discutimos foi de que essas perguntas seriam encaminhadas para as
1583 instituições e teriam um retorno por escrito, e aí com base em um avaliação do
1584 GT quanto às respostas, nós faríamos definição inclusive das instituições que
1585 seriam convidadas. Então, isso está previsto, é o que eu falei, não entrei em
1586 detalhe de toda a pauta de trabalho, não estava na pretensão de discutir aqui
1587 conceitos de capacidade de suporte, seria enfadonho e não é o caso, mas as
1588 informações estão disponíveis e posso me submeter a questionamentos se for

1589necessário. Mas essa condução é lógica, o que nós estamos discutindo é nós
1590temos a expectativa de trabalhar até o final do ano para uma Resolução, então
1591como essa etapa era muito importante nós decidimos fazer em junho, em um
1592horizonte de tempo que nós entendemos como razoável para fazer a consulta,
1593receber a resposta analisar em termo de GT e efetivar o quadro final dos
1594palestrantes e como seria a dinâmica de trabalho dentro desse processo. Em
1595princípio nós estávamos entendendo que essas perguntas seriam norteadoras
1596de participação da intervenção dos representantes das instituições, com
1597liberdade para falar sobre o que quiser, mas pelo menos aqueles tópicos que
1598nos interessam enquanto conteúdo para o GT deveriam ser obrigatoriamente
1599abordados pelos representantes que estariam sendo convidados formalmente
1600pelo Ministério, Ministério não, pelo Grupo de Trabalho, pelo Conama, não sei.

1601

1602

1603**A SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (SRHU/MMA)** – Eu vou pedir licença para
1604sair, eu peço ao Ronaldo que represente aqui qualquer dúvida trazida ao
1605Ministério do Meio Ambiente, mas seu estou lá, qualquer urgência eu posso
1606retornar. Obrigada ao espaço dada ao Ministério para aqui trazer informações
1607sobre o programa. Dione, se você terminar e nós ainda pudermos conversar
1608um pouco antes da sua ida seria importante. Até logo. Obrigada.

1609

1610

1611**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Para quem caiu de
1612paraquedas aqui agora, o mandato desse... Para a Câmara eu estou lendo aqui
1613o final, a conclusão da manifestação do Ministério quando foi para criar esse
1614GT. Que diz o seguinte: aconselha-se que o que Conama não crie nesse
1615momento um Grupo de Trabalho para elaboração de nova Resolução para
1616estabelecer critérios e avaliação da capacidade de suporte ambiental nas
1617regiões metropolitanas do Brasil, pelas colocações expostas nessa Nota
1618Técnica; e recomenda-se que se avalie sobre a possibilidade de criação de
1619outro Grupo de Trabalho, coordenado pela SRHU sobre a definição de
1620indicadores adequados à avaliação da capacidade de suporte do ambiente
1621urbano, consideradas diversas tipologias de cidades e biomas brasileiros. Esse
1622é o mandato do GT?

1623

1624

1625**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1626**DConama)** – Não porque aí essa posição foi voto vencido e se criou um GT
1627baseado na proposta... O Proam apresentou uma proposta muito ampla, ele
1628apresentou o problema e propôs a criação de um GT para avaliar esse
1629problema e trazer algum retorno como Conama. O Ministério tinha essa outra
1630posição, mas foi voto vencido. Então, o GT foi instituído com o objetivo de
1631trabalhar a questão de capacidade de suporte em regiões metropolitanas e a
1632partir daí construir alguma coisa que virá ou uma Resolução ou uma
1633recomendação para o Conama. Não necessariamente indicadores porque a
1634proposta do Proam era mais ampla, era a capacidade de suporte.

1635

1636

1637**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu vejo que eu concordo
1638com a sua proposta. Eu acho que o assunto tem que trazer para dentro da

1639Câmara Técnica para que nós possamos diluir essa massa de informação. Eu
1640acho que a proposta que o Ministério faz, eu diria o Programa Brasil
1641Sustentável, ela vai além eu acho que do propósito do que o grupo estava
1642acendendo. Então, eu acho que sim, seria muito interessante isso pudesse com
1643a presença dos Conselheiros titulares e do presidente, nós pudéssemos
1644discutir isso uma maneira proativa para... Eu só estou sentindo, eu não sei se
1645eu entendi, se cria um Grupo Gestor para fazer a demanda e o GT do Conama
1646fica sendo um acessório desse Grupo Gestor. É isso?

1647

1648

1649**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1650**DConama)** – Não. O Comitê Gestor é do programa só que tem que garantir
1651institucionalmente o espaço do GT e da ideia Câmara dentro disso, que é uma
1652atividade Ministerial. Então, se garantiria dentro desse haveria um
1653aprimoramento desse mecanismo de gestão do Brasil Sustentável,
1654incorporando membros do GT e da Câmara Técnica, por hora nós
1655deliberaríamos com esse rumo e até aqui. E a partir daí haveria um diálogo
1656entre o Grupo de Trabalho e a SRHU, pelo Brasil Sustentável, para que esses
1657mecanismos fossem sendo construídos. E numa próxima reunião da Câmara
1658Técnica nós teríamos coisas mais concretas para falar. Então, voltando àquela
1659proposta inteira que é a de deliberação, que é o encaminhamento que eu estou
1660conseguindo vislumbrar. Nós deliberaríamos que a há convergência, que há
1661necessidade de diálogo, que há necessidade de aprimoramento desse
1662mecanismo institucional de gestão, que contemple membros da Câmara e do
1663GT e ao mesmo tempo nós também indicariamos aquilo que o João está o
1664tempo inteiro frisando, o GT está em um caminho, enfim, está em um caminho
1665correto, validado e etc.. A realização do seminário nós aprovaríamos essa
1666realização com esses diálogos que acontecerão. Porque esse seminário tinha
1667um problema institucional para se realizar, quem fala por ele. Então, nesse
1668momento isso está equacionado, o que é muito bom para o Conama, para o
1669GT e para todo mundo, quem vai falar e quem vai chamar as informações seria
1670o Ministério. Então, isso é um ganho. E a partir daí nós abriremos o leque de
1671possibilidade para que em uma próxima reunião nós tenhamos mais elemento
1672para continuar avançando, por hora eu percebo que nós podemos encaminhar
1673até aqui.

1674

1675

1676**A SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – Só um esclarecimento. João, a respeito
1677desse primeiro, foi realizado um primeiro seminário? Como é que ele foi feito,
1678como é que foi... O que foi utilizado? Porque eu estou percebendo, assim, esse
1679receio do segundo, como é que ele foi elaborado o primeiro, eu estou com
1680receio do elaborar o segundo.

1681

1682

1683**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – O primeiro seminário, eu já tinha
1684até falado isso antes, mas eu falei muito sinteticamente. O primeiro seminário
1685nós entendemos que seria interessante ouvir a comunidade científica, na
1686medida do possível, a parte pelo menos especialistas que têm livros
1687publicados, que têm linhas de pesquisa consolidadas sobre a questão de tema,
1688capacidade de carga ou de suporte. Então, nós buscamos, convidamos várias

1689pessoas, algumas puderam participar outras não. Mas foi objeto do primeiro
1690seminário buscar conhecimentos sobre conceitos adotados em trabalhos
1691acadêmicos, em políticas públicas que envolvam o tema da capacidade de
1692carga ou de suporte. Os conceitos são muito parecidos, têm autores que falam
1693da capacidade de suporte, da capacidade de carga e teoricamente é o mesmo,
1694mas tem uma série de dúvidas sobre isso também, ou seja, não existe um
1695conceito clássico de capacidade de suporte. Porém fazem uma essência dos
1696elementos principais de um conceito, mas não envolver número de pessoas por
1697área, vai envolver sazonalidade, área verde disponível, uma série de conceitos
1698que eu acho que não é o objeto, mas nós buscamos ouvir os especialistas e
1699debater sobre o que seria, o que estaria envolvido em um tema de discussão
1700no contexto de política pública do Conama, de capacidade de suporte em
1701região metropolitana. Então, o foco foi buscar conceitos, alguns indicadores de
1702experiências já existentes no Brasil sobre o tema da adaptação desses
1703indicadores ou de uso efetivo para regiões metropolitanas, regiões urbanas,
1704região metropolitano tem muita pouca coisa específica para isso. Então, entrou
1705conceito, indicadores, instrumentos de gestão, um levantamento preliminar de
1706quais são as formas de gestão em regiões metropolitanas que nós temos no
1707Brasil. Então, trouxemos algumas pessoas para falar sobre isso. e instrumentos
1708econômicos, já que temos regiões metropolitanas como Belo Horizonte, por
1709exemplo, que já existem destinações, por exemplo, de recursos financeiros em
1710função de maior eficiência na gestão de resíduos sólidos, por exemplo, em São
1711Paulo também tem algum mecanismo nesse sentido. Então, conhecer o que
1712existe de experiência. Isso é para fazer um diagnóstico do estado da arte, da
1713gestão metropolitana no Brasil. Então, a nossa intenção foi de fazer um
1714primeiro levantamento sobre esses quatro temas. O segundo seminário seria
1715colocar isso para quem gerencia as regiões metropolitanas.

1716

1717

1718**A SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – O próprio GT fez esse convite então, nesse
1719primeiro?

1720

1721

1722**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Foi. Partiu do DConama. Porque
1723nós entendemos que GT não tem autoridade institucional, política para enviar
1724ofício para outras instituições. Então, todos os convidados foram em nome do
1725Ministério do Meio Ambiente, por meio da Adriana que assinou o documento.
1726Agora, o segundo seminário, na nossa discussão seria, nós temos já alguns
1727limitos iniciais da base conceitual, de base de gestão, instrumentos de gestão,
1728de instrumentos econômicos que são úteis para a questão da sustentabilidade
1729e de modelos de gestão. E levantamento preliminar. Qual é o próximo passo?
1730Traz algumas instituições e gestores de regiões metropolitanas para incluir
1731essas instituições em um debate de conceito, de instrumentos econômicos,
1732instrumentos de gestão e de modelos, para que nós passamos avançar com o
1733aval de quem gerencia diariamente esse contexto, quais os elementos que
1734estão colocados no dia a dia da gestão e que não foram colocados nesse
1735primeiro levantamento. Então, nós estaríamos fazendo um aprofundamento
1736desses quatro aspectos que no nosso entendimento devem refletir numa
1737Resolução do Conama, seja Resolução ou recomendação, que incorpore
1738indicadores, conceitos, modelos de gestão e instrumentos econômicos para

1739gestão de regiões metropolitanas. Como algo sugestivo para potencializar o
1740que está dando certo, para reduzir o que está dando errado, mas é ainda uma
1741fase de consulta. A partir desse segundo seminário nós tínhamos um pouco
1742mais de consistência para eliminar ou fortalecer aspectos que foram levantados
1743no primeiro seminário, e aí estaríamos partindo... A partir do segundo seminário
1744para a elaboração de uma primeira Minuta que seria submetida às instâncias
1745que nós entendemos a partir do seminário, que seria interessante de trazer no
1746debate.

1747

1748

1749**SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – João é bom ver a
1750preocupação, embora assustadora, diga-se de passagem, do conceito da
1751capacidade de suporte ser discutido e alavancado dentro do Conama. Haja
1752vista que você bem sabe que toda a legislação que nós fizemos durante esses
1753últimos 30 anos praticamente tem como pano de fundo a capacidade de
1754suporte. Você começa já na 237 falando nas entrelinhas de capacidade de
1755suporte; na 357 você fala de capacidade de suporte literalmente,
1756especificamente, só que nós sempre passamos por uma dificuldade
1757metodológica para avaliação da capacidade de suporte. Isso no ambiente
1758natural, na macrogestão. Aí eu fico apavorado quando você fala em
1759capacidade de suporte nas regiões antropizadas, extremamente antropizadas
1760como a região metropolitana. Será que nós conseguimos, temos perna para
1761isso João?

1762

1763

1764**SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – A resposta está na ponta da
1765passo língua. Eu acho que a primeira coisa que eu falei foi que esse Grupo de
1766Trabalho tem um desafio enorme. Agora, ao mesmo em tempo que tem um
1767desafio enorme de aplicar um conceito que ainda não é adotado largamente
1768em nenhum lugar do mundo como instrumento de política pública, a
1769capacidade de suporte como um instrumento de política é pouco consistente,
1770mas o desafio é de que esse trabalho organize a complexidade de
1771instrumentos de planejamento, de uso, de ocupação do solo, falar dos Planos
1772diretores, os Zoneamentos Ecológico Econômico, as Unidades de
1773Conservação, a própria aplicação do Código Florestal em áreas urbanas, tem
1774uma série de debate sobre isso, e tem um norte talvez para isso. Eu acho que
1775o mais desafiador, mas ao mesmo tempo, eu falei, o mais motivante é de que o
1776que Conama está assumindo uma responsabilidade de trazer uma discussão
1777que ela passa por toda essa complexidade de norma já elaborada tanto por
1778Leis, Decretos, Portarias e Resoluções do Conama. Esta é a complexidade,
1779mas esse desafio ele tem que ser assumido, por quê? Porque nós não temos
1780efetivamente um processo de revisão de toda essa superposição de
1781instrumento de gestão que nós temos no Brasil, isso continua sendo feito em
1782todos os momentos. Então, essa discussão pode não resultar em algo concreto
1783como uma Resolução, mas o fato de trazer essa complexidade ao Conama e
1784com foco de regiões metropolitanas que eu tenho certeza que envolve um
1785percentual significativamente alto da população brasileira, e aí estão os
1786problemas que afetam a qualidade da vida e a qualidade ambiental. Então, eu
1787acho é um tema a ser trabalhado. Agora, a complexidade de gestão de
1788território não precisa falar o quanto é difícil se avançar em cima disso quando

1789se trabalha com o poder de decisão da Municipalidade ao Governo Federal. A
1790incidência e superposição de uma série de programas de Governo e já teve
1791ações não governamentais, mas o desafio é colocar a teoria na prática. E eu
1792acho que pelo andamento do trabalho, pelo menos até agora, nós estamos
1793buscando consistência, firmeza, técnica conceitual, metodológica, estratégica
1794para que nós possamos trazer essa discussão com seriedade ao Conama.
1795Então, eu acho que nós temos que continuar com esse trabalho. Eu defendo a
1796continuidade desse trabalho porque realmente é um desafio para todos nós,
1797transito na área de meio ambiente há 30 anos, eu acho que vejo muito
1798oportuna essa discussão porque nós temos um momento de direcionalidade de
1799política pública nacional que passa pelo discurso da própria Presidente da
1800República, de inclusão social, de combate à pobreza, de uma série de
1801prioridades nacionais e nós temos essas questões envolvidas nas regiões
1802metropolitanas e o foco de sustentabilidade está sendo colocado como agenda
1803verde em diversas formas, já falamos de Agenda 21, já falamos de ODM, de
1804uma série de mecanismos já institucionais, internacionais e nacionais, mas que
1805o foco de convergência para esta discussão talvez seja esse Grupo de
1806Trabalho, que pode repetir em outros desdobramentos em termos de
1807orientação do Conama na intervenção desse espaço de gestão de
1808sustentabilidade que nós queremos.

1809

1810

1811**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – João permita-me então
1812fazer uma segunda reflexão, se o Presidente permitir.

1813

1814

1815**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Só que nós
1816gostaríamos de encaminhar a discussão.

1817

1818

1819**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Rapidamente. Eu só
1820tenho uma preocupação e um sonho, uma maluquice talvez assim, que passa e
1821é bom nós externarmos porque de repente pode resultar em alguma coisa de
1822bom. Eu tenho a preocupação com relação à capacidade de suporte ser levada
1823para o âmbito restrito de região metropolitana. É um conceito que se aplica a
1824tudo. E esse conceito está intrínseco em todas as legislações que nós fazemos
1825e novos instrumentos que poderão vingar no futuro. Refiro-me à avaliação
1826ambiental estratégica e à avaliação ambiental integrada. É a ferramenta
1827principal para se fazer uma avaliação ambiental estratégica, uma avaliação
1828ambiental integrada, um Plano de Recurso Hídrico, um Plano de Gestão de
1829Bioma, ou seja, o que for, é sempre a capacidade de suporte. Então, eu me
1830preocupo só de não... De uma temática ser colocada como capacidade de
1831suporte para regiões metropolitanas, ela ficar restrita a isso aí com
1832metodologias restritas a isso. É fundamental a capacidade de suporte, você
1833sabe muito bem que eu venho advogado isso, falo de capacidade de suporte
1834há 30 anos, mas de uma forma que nós possamos rebater isso para todos os...
1835Porque tem uma série de outros instrumentos que não estão
1836institucionalizados, por exemplo, avaliação ambiental estratégica ela não está
1837institucionalizada, ela não faz parte do licenciamento, não faz parte de nada,
1838nem tem instrumentos referindo-se a isso e é uma metodologia nova, que tem

1839que ser internalizada para que nós possamos contribuir para um planejamento
1840melhor desse País. Principalmente associado aos planos de meio ambiente,
1841Plano de Recursos Hídricos e tudo mais. Desculpa Presidente. Muito obrigado.

1842

1843

1844**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Presidente, o máximo que posso
1845fazer é convidar o Doutor Roberto Monteiro para incluir a contribuição dele no
1846Grupo de Trabalho, se quiser participar e trazer essa preocupação no foco da
1847discussão técnica eu acho que seria muito conveniente. Está convidado.

1848

1849

1850**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Exatamente que o
1851que nós havíamos sugerido aqui na paralela, que essas discussões fossem
1852levadas para o Grupo de Trabalho que com certeza são de relevo e vão
1853orientar as próprias as atividades que vão ser desenvolvidas. Então
1854companheiros, eu queria propor que nós fizéssemos a apreciação da proposta
1855de deliberação que a Adriana buscou sistematizar, nós temos um ponto de
1856pauta e um informe para ser feito. E dadas as nossas limitações até mesmo
1857pela ausência do presidente do Grupo de Trabalho, eu acredito que nesse
1858momento seja a deliberação que nós conseguimos alcançar entre nós aqui no
1859dia de hoje. Então, eu queria só resgatar o que a Adriana havia proposto e ver
1860se vocês concordam com esse encaminhamento que nós esperamos fazer aqui
1861hoje. Deliberamos, portanto, que há uma convergência de objetivos e de
1862interesses entre as atividades do Grupo de Trabalho e os objetivos do
1863Programa Brasil Mais 20; consideramos que seria importante a incorporação de
1864membro ou um membro do Grupo de Trabalho e da Câmara Técnica na
1865instância de gestão que ainda está sendo construída para esse programa, isso
1866seria feito em paralelo com a própria concepção e realização do seminário para
1867o qual os convites seriam emitidos pelo próprio Ministério do Meio Ambiente,
1868dada essa articulação que seria feita ao longo desse processo junto com a
1869Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. E aí uma próxima reunião
1870da nossa Câmara Técnica, de posse desses novos subsídios que surgirão ao
1871longo da realização desse próprio seminário do Grupo de Trabalho, nós
1872teríamos maiores insumos para deliberar sobre outros possíveis
1873encaminhamentos para o Grupo de Trabalho. Eu queria ver se alguém...

1874

1875

1876**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Questão de ordem. O
1877encaminhamento que foi definido pela Adriana, se não me engano, não anotei
1878aqui, mas contemplava uma avaliação da Câmara Técnica com relação ao
1879Grupo de Trabalho. Eu acho que o primeiro ponto de pauta seria o Grupo de
1880Trabalho estar apresentando resultados. Avaliação desses resultados e
1881continuidade, inclusive a confirmação do próximo seminário que é uma etapa
1882importante do processo de continuidade. Não estamos falando do processo
1883GT. E como último ponto de deliberação é uma proposta nova do Ministério
1884colocada hoje, que não é nem conhecimento de todos os membros do GT
1885porque foi colocada hoje e eles não estão presentes e que propõe um novo
1886encaminhamento do processo, mas não como interrupção do Grupo de
1887Trabalho. O Grupo de Trabalho continua com o seminário, com suas etapas,
1888mas que aproveita o processo do programa para dar a efetividade a alguns

1889processos em termos de tomada de decisão e de representatividade política no
1890contato com os atores desse processo. Então, eu acho que isso é a última
1891parte da deliberação da Câmara Técnica em função de que a proposta era de
1892apresentar resultados e um aval da continuidade ou não do processo.

1893

1894

1895**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Com certeza
1896João. Até mesmo uma coisa que nós temos que analisar é o time entre os
1897trabalhos do Grupo de Trabalho e o desenvolver do Programa Brasil Mais 20,
1898até mesmo para analisar a continuidade do Grupo de Trabalho.

1899

1900

1901**O SR. RONALDO COSTA (SRHU/MMA)** – Eu gostaria de ressaltar uma
1902posição já colocada pelo João de que é necessária ainda uma avaliação do
1903trabalho de grupo pela Câmara, uma manifestação da Câmara com relação à
1904condução desse trabalho, uma vez que uma Resolução do Conama não iria,
1905por exemplo, limitar a população de uma cidade ou mandar reduzir, que é o
1906que acontece quando se determina a capacidade de suporte de uma Unidade
1907de Conservação, por exemplo. E com relação ao ponto de pauta, uma das
1908questões a serem avaliadas é o questionário que foi apresentado, para ser
1909enviado aos convidados para palestrar nesse seminário. Então, eu proponho
1910que nós façamos essa... Cumpra a pauta e avaliemos esses termos para que
1911possam ser realmente encaminhados os convites. De outra forma fica
1912prejudicada a nossa pauta.

1913

1914

1915**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Eu concordo
1916contigo, Ronaldo, queria ver então se da parte de algum dos representantes
1917aqui da Câmara Técnica, se existe alguma consideração a fazer sobre as
1918perguntas que foram propostas e até mesmo sobre as atividades que o Grupo
1919de Trabalho tem desenvolvido. Então, se nós com base no que foi apresentado
1920e discutido aqui hoje concordamos com a continuidade dos trabalhos tal como
1921eles foram propostos por esse último relatório da 3ª reunião do Grupo de
1922Trabalho. Dione, Alessandra... Não? entendo então, Ronaldo, que com base
1923nesse silêncio a Câmara Técnica entende que o Grupo de Trabalho está
1924caminhando da forma adequada para esse momento. E que eu acho de que
1925qualquer forma nós temos que ter uma discussão mais aprofundada sobre as
1926atividades que estão sendo desenvolvidas, de forma mais sistematizada e até
1927mesmo, quem sabe, João, um plano de trabalho mais de longo prazo das
1928atividades do Grupo de Trabalho para que a própria Câmara Técnica possa
1929aportar melhores contribuições para as atividades. Bom, concordamos todos
1930com essa deliberação? Colocar a observação que o João fez e que o Ronaldo,
1931de certa forma enfatizou em seguida, de que a Câmara Técnica entende que
1932os trabalhos desenvolvidos até o momento pelo Grupo de Trabalho são
1933adequados e estão condizentes com aquilo que foi previsto, e que com base
1934nisto teremos aqueles outros desdobramento em relação especificamente ao
1935seminário. Todos de acordo? Eu queria agradecer João, Ronaldo e os demais
1936representantes da SRHU, do Ibama, caso estejam aqui, a Silmara, e passar,
1937portanto, não para a próxima Ordem do Dia, eu vou pedir mais um pouco mais
1938de compreensão do representante do Instituto Chico Mendes, só para nós até

1939mesmo liberarmos o Álvaro que deve estar participando inclusive do SNC
1940Brasil, para fazer um informe sobre o relatório de qualidade ambiental da zona
1941costeira, Álvaro. Com base naquilo que estava previsto no nosso ponto dos
1942informes. Os outros formos já foram feitos. Então, nós gostaríamos que você
1943rapidamente, se possível, fizesse informe relativo à RQA.

1944

1945

1946**O SR. ÁLVARO (Ibama)** – Bom dia. Meu nome Álvaro, eu sou do Ibama, eu
1947integro a equipe técnica do RQMA, na verdade Relatório de Qualidade do Meio
1948Ambiente, que não se confunde com da Zona Costeira , mas eu acredito que
1949por oportunidade eu acho que a Leila seria a pessoa mais adequada para
1950prestar os informes para a Câmara, mas ela está envolvida no seminário, e se
1951não me engano tem uma reunião de um grupo interministerial que ela está
1952coordenando. Então, só para esclarecer para o grupo, na verdade, essa
1953discussão do RQA da Zona Costeira é um instrumento previsto no Decreto
19545.300, ele iniciou no Conama, eu acho que em 2005 e 2006, teve um trabalho
1955forte para sistematizar um relatório específico da zona costeira, e foi criado,
1956levantado um desdobramento com relação a como chegar à contento nesse
1957relatório, na verdade era muito mais ampliado que o relatório, na verdade era
1958uma discussão sobre o monitoramento da zona costeira, o relatório seria
1959basicamente só um recorte, um produto desse monitoramento. E por
1960coincidência o coordenador técnico do RQMA, o João Câmara, do Ibama, o
1961meu colega de equipe lá do trabalho. Eu integrei a equipe em 2011, nós
1962começamos a trabalhar em cima do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente
1963previsto na 6.938 e nesse relatório que era multifacetado também, foi dedicado
1964em capital específico para o ambiente costeiro e marinho, além de outros
1965capítulos de biodiversidade, de ambiente urbano e claramente eu junto com a
1966equipe que coordenou a elaboração do relatório e especificamente desse
1967capítulo ambiente costeiro e marinho, e que certamente tivemos nós no Ibama,
1968e a Leila coordenadora GT Costeiro do Ministério do Meio Ambiente, como os
1969grandes coordenadores gerais desse capítulo. E a título de esclarecimento,
1970como tanto do Decreto 5.300, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro,
1971quanto o 6.938 RQMA previam instrumentos similares, só que um era nacional
1972e o outro era de uma faixa territorial específica. Nós em síntese nós
1973concordamos de que o que foi discutido no Conama, na Câmara Técnica do
1974cronograma de elaboração do RQA ele seria produzido similarmente como o
1975capítulo do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente. Ou seja, nós não iríamos
1976trabalhar no capítulo específico do RQMA em paralelo ao relatório da Zona
1977Costeira, nós tentamos conciliar as duas iniciativas porque estava previsto no
1978cronograma apresentado ao Conama na época, que deveria ser feito no Estado
1979da arte do que existia na zona costeira com relação à gestão, com relação a
1980impactos, com relação a pressão e etc., sempre em conjunto também com as
198117 coordenações estaduais do gerenciamento costeiro e basicamente foi isso o
1982acordo que nós tivemos na elaboração do documento. Ou seja, o capítulo da
1983zona costeira seria um espelho do Relatório de Qualidade Ambiental da Zona
1984Costeira, basicamente isso que foi feito. O capítulo ele foi produzido com a
1985participação da Maria, ICMBio, o pessoal da Cecirne, a comandante Marise,
1986colegas ICMBio, colegas do Ibama, colegas do Ministério, inclusive da
1987Secretaria de Biodiversidades, da Secretaria, da atual Secretaria de
1988Extratativismo e Desenvolvimento Rural, que é onde está abrigada a

1989coordenação do gerenciamento costeiro e tecnicamente nós podemos dizer
1990que esse trabalho foi concluído no final ano passado, em outubro do ano
1991passado esse material foi concluído lembrando que eu não tenho a região
1992costeira isolada, separada, ele é um capítulo do RQMA. Esse trabalho foi
1993concluído tecnicamente e que ele não foi apresentado como RQA porque,
1994repito, porque foi essa a proposta acordada na coordenação com o Ministério
1995do Meio Ambiente, ou seja, ele é um capítulo, ele não sai separado, ele está
1996agregado com outros atuais 7 capítulos que integram a proposta técnica o
1997RQMA. A questão é que o documento como um todo, o RQMA, ele está em
1998processo de análise e validação pela direção do Ministério do Meio Ambiente.
1999Então, a decisão se nós vamos apresentar ou não um capítulo, um Relatório de
2000Zona Costeira específico, isso não está posto ainda porque nós estamos
2001aguardando uma decisão final do Ministério sobre a aprovação e a publicação
2002desse RQMA, mas em paralelo para esta Câmara e para os Conselheiros, nós
2003podemos afirmar que o documento está produzido, ele foi validado pelos
2004membro que integram as instituições ou os órgãos que trabalham com a parte
2005de gestão costeira e marinha no Brasil. Repito, Marinha, MCT, Ibama, ICMBio,
2006Ministério, os principais protagonista eles estão... Eles se espelham nesse
2007relatório, nesse capítulo que foi produzido, inclusive na reunião que está
2008ocorrendo hoje do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro, que a
2009Lilian está coordenando, que é o Fórum maio, o colegiado maior do Gerco, isso
2010vem sendo noticiado também da mesma forma, porque o Gerco também se
2011reporta a esse Grupo Interministerial para relatar as suas atividades. Então, o
2012que eu poderia esclarecer e informar ao grupo inicialmente é isso, nós
2013concluimos o trabalho, lembrando dentro do cronograma que foi proposto na
2014época ao Conama que é fazer um levantamento, um estado da arte principal
2015para nós podermos ter um corpo um trabalho para poder receber crítica e aí
2016sim avançar com relação a indicadores, com relação a normatização e etc. Só
2017que nós, no cronograma, o nosso estágio é esse agora, nós fechamos o
2018documento. Isso não está praça porque ele está amarrado a uma análise da
2019direção do Ministério do Meio Ambiente. Então, acho que é isso.

2020

2021

2022(*Intervenções fora do microfone. Inaudível*)

2023

2024

2025**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Então, eu
2026entendo já é um ponto resolvido de que mesmo se for um capítulo do RQMA é
2027considerado RQA da zona costeira.

2028

2029

2030**O SR. ÁLVARO (Ibama)** – Repito. Ou seja, o acordo com a coordenação do
2031gerenciamento costeiro que está na frente do trabalho do GT que teve no
2032Conama, é isso, não se seria os pontos paralelos, Por quê? É similar, é a
2033mesma abordagem, são os mesmos clientes, são os mesmo atores, são as
2034mesmas pessoas que vão produzir e não haveria sabido eu ter eles de forma
2035separada, ao contrário, a Leda não está aqui, mas eu posso tornar um pouco
2036pela coordenação dela, não haveria esse esforço separado dela, uma vez que
2037se somou ao esforço maior do Ibama que haveria um grande interesse, e a
2038sinalização de que o documento seria produzido. Então, nós combinamos de

2039que esse Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira, previsto aqui
2040para apresentação na Câmara, no Conama, ele é o capítulo, na verdade ele foi
2041produzido, só que eu não tenho como apresentar ele como produto porque eu
2042tenho um estágio de validação, na realidade eles do são Ministério maior, que
2043nós estamos aguardando, mas tecnicamente eu não tenho mais, o grupo não
2044tem mais como avançar, ele está produzido tecnicamente, aprovado, validado
2045pelas instituições, nós estamos só aguardando o Ministério validar e tornar
2046público, para que nós possamos tratar ele como documento institucional.

2047

2048

2049**O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Só para acrescentar que o
2050responsável de coordenação técnica da elaboração desse capítulo, do RQMA
2051do Ibama, são o Álvaro que está aqui apresenta agora, representando o Ibama,
2052e a Leila que representa o Ministério na área de gerenciamento costeiro. Então,
2053os dois assinam a responsabilidade das informações contidas naquele relatório
2054e a responsabilidade de ter ouvido as instituições parceiras e potenciais
2055colaboradores para a construção desse relatório. Porque não foi feito só um
2056relatório do Ibama e Ministério, nós tivemos 75 instituições, mais de 500
2057especialistas que contribuíram ao longo de um ano e meio de elaboração
2058daquele documento. E que agora nós estamos aguardando a aprovação final
2059da Ministra para a divulgação à sociedade brasileira o 1ª Relatório de
2060Qualidade do Meio Ambiente do Ibama. Porque ele está previsto na 6.938
2061desde 81, foi publicado pelo Cema um primeiro em 84 e daí para frente na era
2062Ibama, a partir de 89 foram feitos três tentativas em situações diferentes,
2063inclusive um com articulação com Abema, em 91, e nós não conseguimos
2064consolidar metodologicamente qual seria o formato desse documento. E mais
2065recentemente, na atual administração, nós conseguimos definir esse formato,
2066buscamos as parcerias e cada capítulo tem um conjunto muito grande de
2067instituições que respondem pelas informações contidas. E a nossa expectativa
2068agora é de que o mais rápido possível que a nossa Ministro de Estado dê o
2069aval a esse documento ou faça sugestão de alteração para que o documento
2070seja publicado, porque é uma demanda legal, institucional do Ibama, está no
2071Regimento do Ibama, e existe a necessidade de cumprimento desse
2072instrumento que é um dos doze instrumentos da Política Nacional do Meio
2073Ambiente, o RQMA, estava definido no art. 9º da 6.938.

2074

2075

2076**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2077**DConama)** – Em relação a tudo isso o encaminhamento que o DConama está
2078propondo para esse assunto é: aqui ele está pautado só como informe, nós
2079vamos pegar esse processo que surgiu como uma proposta de Resolução, na
2080medida em o que Ibama não fazia o seu dever de casa, o Conama vinha
2081proposto uma Resolução Conama para estabelecer esses critérios.
2082Sistematização dos dados e elaboração do RQMA. Provavelmente o objeto
2083dessa Minuta de Resolução já se perdeu, exatamente porque a tarefa está
2084sendo concluída e feita. O que nós vamos fazer é pegar esse processo, pedir
2085que o que Ibama faça um parecer, que indique como é que está a evolução do
2086assunto e a pertinência do Conama tratar dessa matéria.

2087

2088

2089 **O SR. JOÃO BATISTA CÂMARA (Ibama)** – Acrescento que não só o Ibama, o
2090 Ministério do Meio Ambiente também.

2091

2092

2093 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2094 **DConama)** – Sim. Então, nós vamos fazer o pedido para os dois. Perfeito.

2095 Tanto Ministério do Meio Ambiente como Ibama avaliar a pertinência dessa

2096 Minuta tramitando no Conama. Por esta informação dada a resposta provável

2097 vai ser não, não é mais pertinente porque isso está sendo finalizado, entregue

2098 e etc.. Com isso nós traremos para a próxima reunião já uma posição do MMA

2099 e do Ibama sobre o assunto, para que nós provavelmente deliberaremos sobre

2100 o arquivamento desse processo. Na medida em que a questão vai estar feita.

2101 Senão permanece a demanda, aí nós avaliamos se essa demanda permanece

2102 no Conama ou não. Está bem?

2103

2104

2105 **O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Só uma questão

2106 de ordem. Eu tenho avião daqui a pouco. Eu realmente tenho que sair. Como

2107 fazemos?

2108

2109

2110 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2111 **DConama)** – Vamos tocando até quando você puder, porque agora só falta o

2112 Filipe e o Monsanto, que é o último ponto de pauta. Se você precisar sair, o

2113 problema é não tem quórum. Você bom, você não pode sair porque perde o

2114 quórum da reunião. Então, qual é o seu teto? 30 a 40 minutos. Monsanto, mil

2115 desculpas. Filipe, mil desculpas. Porque vocês têm meia hora para a Câmara

2116 poder deliberar porque ele não só conduz a reunião como ele é o quórum.

2117

2118

2119 **O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Dando sequência

2120 para as nossas atividades vamos passar agora para o segundo ponto da ordem

2121 do dia, que é a questão do Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação

2122 das Unidades de Conservação, tendo como perspectiva o fortalecimento da

2123 gestão do SNUC. Foi uma proposição da Fundação Onda Azul e o Filipe está

2124 aqui para relatar para nós como é que está o andamento dessas atividades.

2125 Por favor, Filipe

2126

2127

2128 **O SR. FILIPE MELO REZENDE (ICMBio)** – Filipe Melo Rezende, ICMBio, eu

2129 sou coordenador de monitoramento e avaliação de gestão. Bom, nós tivemos

2130 essa proposta de Resolução enviada pela Fundação Onda Azul, no qual ele

2131 estava... No qual propunha estabelecer critérios para avaliação de efetividade

2132 dentro de Unidades de Conservação. A avaliação da efetividade é um tema

2133 bem extenso, assim, que pertence a agenda de vários pesquisadores no

2134 decorrer do mundo, nós tivemos diversas iniciativas dentro do ICMBio e a ideia

2135 é inserir elementos, obrigatoriamente inserir elemento de gestão participativa

2136 dentro dessas avaliação de efetividade. Na primeira reunião nós deliberamos,

2137 por favor, Maíra, qualquer coisa você me auxilia, se ficar faltando alguma coisa

2138 porque eu acho que quem participou só está eu a Maíra aqui. Na primeira

2139reunião foi deliberado que nós precisávamos de mais elementos, de mais
2140subsídios assim como necessitava de uma participação maior dos Estados
2141dentro dessa discussão. Até porque se nós fôssemos estabelecer no Conama
2142determinadas diretrizes, isso ia ter que ser implementado pelos Estados
2143também. Então, a participação deles seria necessária. A partir disso, nós
2144escolhemos algumas pessoas, alguns especialistas no tema para trazer para a
2145nossa segunda reunião. Na segunda reunião foram apresentadas algumas
2146metodologias, foi apresentada a iniciativa do ICMBio de gestão estratégica, foi
2147apresentado o Sizuc que que é uma iniciativa de participação social bem
2148implementada na Amazônia, eu acho que dentro do INPA foi inicialmente
2149formulado por um pesquisador do INPA, ou Sizuc? Pelo ISA. Só que nós
2150tivemos um Feedback dos Estados que acabou mudando um pouco os rumos
2151da situação, quer dizer, nós vimos que os Estados em função dos diferentes
2152graus de implementação que existem nos seus Sistemas Estaduais de
2153Unidades de Conservação, que seria praticamente impossível se não até
2154temerário nós estabelecermos critérios específicos e que fossem
2155implementados em todos os Estados a respeito das avaliações de efetividade.
2156Então, isso acabou determinando que a nossa... E aí eu acho que por isso nós
2157vamos ser até um pouco rápidos nesse tipo de coisa, que nós queríamos botar
2158para a apreciação Câmara Técnica, é que o nosso entendimento foi que não
2159seria interessante nós estabelecermos uma Resolução no Conama com os
2160critérios, até porque nós estávamos um pouco receosos também com relação
2161até a legalidade, foram levantados alguns pontos a respeito da legalidade, qual
2162que seria o escopo, até onde iria essa possibilidade do Conama estabelecer
2163essas diretrizes, ou uma metodologia eventualmente até de avaliação de
2164efetividade como foi suscitado. Então, o que foi deliberado nessa segunda
2165reunião e que nós queremos colocar para apreciação da Câmara Técnica, era
2166nós não fazermos uma Resolução no Conama, mas fazer uma recomendação
2167para os Estados de que critérios mínimos para ser para implementado a médio
2168e a longo prazo sem a obrigatoriedade, ressaltando o aspecto que foi o aspecto
2169que foi suscitado na proposta na Fundação Onda Azul, que era colocar o
2170máximo a participação social dentro dessas avaliação de efetividade, inclusive
2171com elementos de participação social para você aferir essa efetividade dentro
2172das Unidades de Conservação. Maíra isso é? É isso. É bom sempre ter a
2173resposta de quem estava junto porque às vezes nós esquecemos alguma
2174coisa. Então, era basicamente isso que nós estamos pretendendo fazer dentro
2175desse procedimento que foi instaurado. Isso que nós queremos colocar para
2176apreciação da Câmara Técnica.

2177

2178

2179**O SR. JOÃO BATISTA MONSANTO (Ademasp) – Está...**

2180

2181

2182**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2183**DConama) –** A dúvida legal que foi mencionada é que o Conama, pela lei do
2184SNUC ele tem em competência de acompanhamento do monitoramento feito
2185às Unidades de Conservação. Então, ao Conama não compete criar critérios
2186de monitoramento e sim acompanhar critérios de monitoramento criados tanto
2187no nível Federal pelo ICMBio, quanto nos níveis Estaduais. Então, diante disso
2188o que se pensou, que encaixa melhor na competência reservada ao Conama é

2189 fazer uma recomendação para o Sisnama não uma Resolução porque uma
2190 Resolução estaria dando critérios e aí nós invadiríamos o espaço dos órgãos
2191 gestores das Unidades da Conservação.

2192

2193

2194 **A SR^a. ALESSANDRA DA C. LUNAS (Contag)** – Uma pergunta por que com
2195 essa preocupação não de estar na competência talvez é até uma pergunta se
2196 nesse caso tão quanto o ponto anterior não tem nada sendo avançado nesse
2197 sentido em quem é de competência também, porque essa é a outra
2198 preocupação, recomendação até onde nós vamos porque nós sabemos
2199 naquela prática isso lá na Unidade de Conservação, precisamos dizer que ela
2200 acontece. Eu acho que essa é uma lacuna de fato para nós superarmos. Então,
2201 mesmo não estando na nossa competência, como é que foi isso averiguado
2202 agudo lá porque tem esse esforço como é que está sendo também, porque,
2203 como no ponto anterior descobriu que está andando. Então, é uma pergunta,
2204 como é que está isso também. Porque a meu ver só a recomendação de fato
2205 deixa muito a desejar, do que na prática é hoje exige que aconteça no
2206 monitoramento e no acompanhamento das Unidades.

2207

2208

2209 **A SR^a. MAÍRA LUÍSAMILANI DE LIMA (DCONAMA)** – Só mais uma
2210 consideração que o grupo verificou é o seguinte, o que levou o Grupo a decidir
2211 pela elaboração de uma Minuta de Recomendação aos órgãos do Sisnama ao
2212 invés de uma Resolução foi levantada a questão legal também, mas esse não
2213 foi o ponto tão preponderante, a grande questão se refere á conveniência
2214 política de elaborar uma Resolução que estabeleça critérios ou metodologias
2215 que poderiam engessar outras iniciativas já em curso, tanto pelo ICMBio
2216 quanto pelos Estados e outras instituições. Então, tendo em vista as diversas
2217 tipologias de Unidades de Conservação, as diferenças regionais do País.
2218 Então, esse ponto de conveniência, inconveniência política de estabelecer tudo
2219 isso numa Resolução foi preponderante para que o grupo tomasse essa
2220 decisão, que seria mais interessante estabelecer critérios, recomendar critérios
2221 mínimos a serem utilizados pelos órgãos estaduais e municipais quando
2222 fizerem suas avaliações, contemplando a demanda da sociedade civil no que
2223 se refere a participação, a instrumento de participação na gestão de UCS e
2224 desse modo permitindo que outras iniciativas continuem em curso. Ou assim,
2225 os Estados bateram muito nessa tecla, eles têm, os Estados estão em
2226 diferentes níveis de implementação das suas Unidades de Conservação e uma
2227 Resolução Conama nesse momento poderia até prejudicar a gestão das
2228 Unidades. Só para deixar isso bem claro.

2229

2230

2231 **O SR. FILIPE MELO REZENDE (ICMBio)** – Só fazendo um adendo, eu acho
2232 que essa situação é o ponto chave justamente, assim, a título de curiosidade,
2233 em 2007 foi feito um levantamento, existiam mais de 80 metodologias de
2234 avaliação de efetividade no mundo, quer dizer, então, você tem uma... E assim
2235 não dá para se dizer isso que está fechado, qual que é a metodologia boa, qual
2236 que é a qual a metodologia ruim. As metodologias acabando sendo com
2237 enfoques diferentes e muitas vezes para você, como é que eu posso dizer?
2238 Com uma perspectiva diferente. Então assim, a partir do momento que nós

2239engessarmos os Estados, até independente do grau de implementação que é
2240um problema gravíssimo porque nós temos Estados que têm pouquíssimos
2241Recursos Humanos e recursos financeiros para gerir o Sistema Estadual de
2242Unidades da Conservação. Então, e, além disso, você tem a situação de que
2243podem surgir determinadas iniciativas, com essa maior liberdade, podem surgir
2244iniciativas que sejam até melhores, quer dizer, eu acho que a criatividade
2245acaba sendo um mote interessante dentro desse aspecto, assim. E falando um
2246pouco do ICMBio nós tivemos como Sistema Federal, nós tivemos já avaliação
2247de método Rapam, que foi aplicados durante dois anos em 2005e 2010 porque
2248ele é quinquenal, a ideia é ver se nós conseguimos implementar isso em 2015
2249novamente, até para você ter uma análise comparativa, temporal, ter essa
2250possibilidade que eu acho que é fundamental, fantástico, acaba sendo... E para
2251paralelo a isso tentar algum outro sistema de avaliação de efetividade que seja
2252mais dinâmico, que responda aos desafios de gestão de forma mais célere.
2253Quer dizer, isso falando do ICMBio, só isso que é conhecendo a realidade que
2254o ICMBio tem que é muito diferente da realidade dos Estados.

2255

2256

2257**A SR^a. ZENAIDE NUNES MAGALHÃES (Anamma)** – Já que vocês não
2258encaminharam no sentido de não construir a Resolução e sim de fazer uma
2259recomendação, como que está o estágio dessa recomendação? Já existe
2260alguma coisa construída? Porque você falou que existe no mundo 80 modelos
2261de efetividade. Então, que estágio você está? Se o grupo vai continuar no
2262sentido de construir essa recomendação e como que isso... Que horizonte tem
2263para isso ficar pronto?

2264

2265

2266**A SR^a. MAÍRA LUÍSAMILANI DE LIMA (DCONAMA)** – Zenaide, esse ponto
2267não foi tratado especificamente ainda pelo grupo. Eles estavam mais nesse
2268debate sobre a conveniência de uma Resolução ou de uma recomendação.
2269Então, a partir do momento em que a Câmara, porque o grupo foi criado com o
2270objetivo específico, inclusive com uma Minuta, uma Minuta bem incipiente de
2271três artigos, mas estava lá a provocação da sociedade civil. Então, a partir do
2272momento em que a Câmara decidir endossar essa decisão, na verdade, do GT
2273de trabalhar em cima de uma Minuta de Recomendação, os trabalhos
2274continuam e eles vão elaborar essa Minuta e submeter novamente à Câmara.

2275

2276

2277**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Mas ele tem um
2278período de vida, Maíra, o GT?

2279

2280

2281**A SR^a. MAÍRA LUÍSAMILANI DE LIMA (DCONAMA)** – O GT tem um período
2282de vida de um ano prorrogável por mais um. Ele foi instalado no final do ano
2283passado, nós contamos esse prazo a partir da instalação, não da criação.
2284Então, ainda tem um bom período de vida.

2285

2286

2287**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Bom eu acho que
2288nós colocamos para deliberação, portanto, não havendo nenhuma objeção do

2289 ponto de vista legal, não é Adriana? De se transformar a Resolução numa
2290 proposta de recomendação, eu queria ver, então, portanto, se todos estão de
2291 acordo com esta proposta feita pelo Grupo de Trabalho.

2292

2293

2294 **A SR^a. ZENAIDE NUNES MAGALHÃES (Anamma)** – Estando de acordo eu
2295 queria sugerir que nós já na próxima reunião, esse grupo já trouxesse algum
2296 encaminhamento de se não de proposta final, mas que já apresentasse um
2297 cronograma e como é que pretende atingir os objetivos.

2298

2299

2300 **O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Só mais uma
2301 pergunta. Qual é o poder vinculante de uma recomendação? Nenhuma?

2302

2303

2304 **O SR. FILIPE MELO REZENDE (ICMBio)** – Nenhuma, mas...

2305

2306

2307 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2308 **DConama)** – Nenhum não, quer dizer, zero em termos de efetividade. A
2309 Resolução ela vincula, ela tem, como que fala? O poder de lei, tem uma
2310 expressão que se fala, força de lei. Agora, uma recomendação não, ela
2311 simplesmente recomenda, mas é um instrumento norteador, ela tem uma
2312 importância e é usada muito na questão de Unidades de Conservação porque
2313 ela norteia as ações que os Estados e os Municípios vão ter naquele aspecto.
2314 É muito interessante. Agora, realmente são questões diferentes.

2315

2316

2317 **O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – só uma pergunta.

2318

2319

2320 **A SR^a. ZENAIDE NUNES MAGALHÃES (Anamma)** – Compartilhando o
2321 pensamento dela, como eu trabalho com Unidades de Conservação em Recife,
2322 e eu acho que é assim extremamente pertinente quando você coloca uma
2323 recomendação, não é que ela não tem o poder de lei, lógico, você não vai ter
2324 que seguir, mas você tem um horizonte a atingir e você começa a criar
2325 parâmetros onde os Municípios vão poder se espelhar. Então, se não existe
2326 nada, se o Conama que é o Conama não diz nada a respeito você fica solto.
2327 Então, é importante, eu acho que não perde, e por isso a minha preocupação
2328 que vocês construam esse instrumento porque ele é um balizador de ideias.

2329

2330

2331 **O SR. FILIPE MELO REZENDE (ICMBio)** – E esse balizamento também serve
2332 também para os órgãos de controle de legalidade. Eu acho isso fantástico
2333 também, quer dizer, eventualmente se você... Um Município ou um Estado indo
2334 em um sentido contrário daquilo, quer dizer, você tem Ministério Público, você
2335 tem as Procurarias exatamente com a possibilidade de balizar o entendimento
2336 e até te dar subsídios maiores para eventualmente uma demanda judicial.

2337

2338

2339A **SR^a. ALESSANDRA DA C. LUNAS (Contag)** – Eu queria já falar e me
2340posicionando com relação, porque eu compreendo essa dificuldade, acho que
2341toda essa avaliação que você fizeram aí de como seria a efetividade disso,
2342agora você tem vários tipos de metodologias que estão sendo feitas. Eu vejo o
2343que papel de uma Resolução aqui ela seria de estabelecer critérios mínimos,
2344que você baliza logo e você tem minimamente de maneira geral como é que
2345isso poderia ser feito. Tendo uma efetividade muito maior do que somente uma
2346recomendação. Então, eu não vejo que... Eu tenho dificuldade de compreender
2347como é que isso emperraria quem já está fazendo porque se você estabelece
2348critérios mínimos, quer dizer, se eu já estou fazendo algo e/ou às vezes até
2349extrapolo o mínimo que foi colocado muito bem, senão eu também preciso me
2350adequar nesse processo de monitoramento. Porque monitoramento ele envolve
2351aí diversos instrumentos e, inclusive a possibilidade e o questionamento da
2352sociedade, vinha exatamente em como é que vai ser dada visibilidade para
2353isso, e possibilidade inclusive de também dar a sua contribuição com relação a
2354esse monitoramento. E hoje essa é a dificuldade que você tem, às vezes você
2355está próximo de uma Unidade de Conservação, está vendo que efetivamente
2356não acontece, mas você não tem por onde se recorrer a tentar ser ouvido pelo
2357menos, ter onde aportar olhares sobre isso. Então, eu já me manifestando aqui,
2358eu tenho um pouco de resistência de nós mantermos só como recomendação,
2359eu vejo que pelo menos como critérios mínimos esse é o papel nosso, e aí em
2360diversas outras áreas aqui que o Conama tem feito. Você está em um espaço
2361olhando para diversidade brasileira, nós temos o papel de minimamente dar a
2362diretriz. Eu vejo que só como recomendação é muito pouco. Não consegui ser
2363convencida...

2364

2365

2366**O SR. ALEX NAZÁRIO SILVA OLIVEIRA (Instituto de Meio Ambiente/AL)** –
2367Eu concordo com a situação e recomendação visto toda essa questão legal e
2368técnica que foi abordada. E assim, só tentando dar um peso, o que foi discutido
2369aqui é a questão da participação da sociedade. Eu acho que quando você
2370insere na gestão participativa, no ínterim como esse você está dando uma
2371legitimidade interessante e como foi falado do Ministério Público, quando nós
2372temos mesmo que seja uma recomendação é uma situação a mais
2373apresentada a um órgão fiscalizador como o Ministério Público. Eu acredito que
2374sim, eu acredito que se não conseguirmos alavancar o processo de Resolução,
2375mas a recomendação ela é seguida. Também concordo com a Zenaide de que
2376pelo menos norteia os órgãos ambientais a terem uma meta, tentarem seguir
2377uma meta para que possa ser apresentada à sociedade civil em que
2378determinada gestão de Unidade da Conservação, seja no meu Estado, seja no
2379seu, ela tem procurado seguir as recomendações estabelecidas pelo Conama,
2380e daí isso ser absorvido pela sociedade, que está fazendo parte da gestão
2381daquela unidade e os órgãos fiscalizadores, inclusive o Ministério Público, no
2382acompanhamento da gestão, e na fiscalização e outros temas que permeiam a
2383Unidades de Conservação. Eu acho interessante nesse ponto a partir do
2384momento de não conseguirmos chegar ao nível de Resolução.

2385

2386

2387**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2388**DConama)** – Como um parâmetro de trabalho, Alessandra, nós podemos ter

2389um norte da recomendação como início. Há controvérsias quanto à Resolução,
2390há quem sustente que como padrão de qualidade ambiental o Conama possa
2391avançar e fazer uma Resolução com questões básicas, mínimas. E há quem
2392sustente que nesse caso específico tem a lei do SNUC que diz que a tarefa do
2393Conama é simplesmente monitorar, é acompanhar o monitoramento feito.
2394Então, nessa seara talvez o grupo possa trabalhar por aquilo que tem maior
2395segurança. E em seguida pode até avançar no outro ponto, mas é só por
2396começar pelo mais fácil para já ir apresentando um avanço.

2397

2398

2399**A SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – Eu gostaria de fazer uma pergunta para
2400Filipe. Com o número que nós temos de unidades, os tipos de Unidades de
2401Conservação, existe um monitoramento global para todas elas? Existem
2402critérios específicos para cada uma? Coisas, especificidades para cada tipo,
2403por exemplo, uma estação ecológica, um refúgio de vida silvestre, um parque
2404nacional são critérios diferentes e o que eu estou entendendo é que uma
2405recomendação ela seria uma coisa mais abrangente e seriam os critérios
2406mínimos mesmo, pelo que eu entendi, estabelecidos.

2407

2408

2409**O SR. FILIPE MELO REZENDE (ICMBio)** – Bom, alguns pontos, assim, a
2410avaliação que é feita hoje em dia, que foi feita do Rapam, você tem a
2411possibilidade de seguir vertentes a partir dos indicadores que você for escolher
2412para a tua análise você pode fazer uma análise diferenciada por categoria A
2413ideia é que uma nova, isso falando do ICMBio, uma nova avaliação de
2414efetividade, o novo modelo de avaliação de efetividade já leva em conta dando
2415pesos diferenciados para determinados componentes dessa avaliação de
2416efetividade, quer dizer. Então, o componente social vai ter um peso maior e em
2417uma reserva extrativista do que em uma estação ecológica, por óbvio a ideia é
2418mais ou menos essa. Agora, eu acredito o rumo que vai tomar a nossa
2419recomendação não tenho em como dizer por que isso vai ser objeto da
2420deliberação da nossa próxima reunião. Mas, eu acredito, assim, e eu acho daí
2421importante até colocar outros autores que estão envolvidos sociais que estão
2422envolvidos dentro dessa história. O próprio Ministério do Meio Ambiente ele
2423tem algumas pessoas dentro do Ministério têm a visão de que seria mais
2424interessante você colocar critérios mínimos, por exemplo, para você entrar no
2425Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, quer dizer, daí você teria
2426essa possibilidade de repente de fazer. Agora, com relação ao monitoramento
2427também, assim, é muito difícil nós imaginarmos monitoramento em
2428determinadas realidades e isso eu falo até dentro do próprio ICMBio, quer
2429dizer, você tem determinadas unidade em que é tranquilo você realizar
2430monitoramento de biodiversidade, de sei lá, de impacto na sociedade do
2431entorno, ou até dentro das comunidades que você tem dentro da Unidade e tal,
2432isso é tranquilo para determinadas unidades agora têm outras realidades até
2433dentro do ICMBio, dentro das nossas 310. Tem outras realidades que é
2434praticamente impossível você fazer monitoramento por falta de gestão, pelo
2435tamanho da área, porque você tem pouco analista. E isso foi durante algum
2436tempo utilizado até como ferramental de pressão, quer dizer, para você, mas
2437isso acabou sendo um tiro que saiu pela culatra porque isso acabou muito mais
2438sendo utilizado por quem estava fora e quem combatia a estratégia de Unidade

2439de Conservação como o ferramental para conservação da biodiversidade, para
2440alcance dos objetivos do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, até a
2441concepção de áreas protegidas, acabou sendo utilizado mais por quem queria
2442combater essa ideia, porque não gostava da concepção de Unidade de
2443Conservação. Então assim, nós temos que ter uma certa cautela e eu tenho
2444muito receio. E eu falei dos Sistemas Estaduais de Meio Ambiente sem
2445mencionar os Sistemas Municipais, que a realidade às vezes é até pior,
2446dependendo da Unidade de Conservação que nós estamos falando, quer dizer,
2447você tem Secretarias Municipais que você tem um servidor para a secretaria
2448como um todo, quer dizer, passando por licenciamento municipal, passando
2449por toda essa realidade. Então assim, nós temos... E eu estava, vou ser bem
2450sincero contigo, eu entrei com a ideia de uma Resolução, assim, plena e
2451absoluta, depois que ouvi o que os Estados tinham para falar que eu adquiri
2452essa sensibilidade, de virar e falar: “olha, realmente não como nós pegamos e
2453estabelecer, pelo menos nessa altura do campeonato, fica muito difícil de nós
2454estabelecermos critérios mínimos”. Tem muito lugar que não vai ter como, vai
2455ter que deslocar o único servidor que tem para fazer monitoramento. Com
2456resultados que nós podemos ter resultados temerários.

2457

2458

2459**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Alguém ainda
2460quer falar?

2461

2462

2463**A SR^a. ALESSANDRA DA C. LUNAS (Contag)** – Eu acho que agora você
2464trouxe o que é que está... Qual é o problema. E é por isso que eu dizia que não
2465me sentia convencida do debate, porque agora você está dizendo não dá para
2466fazer porque não vai... Que é... Eu sei que é o tiro pela culatra. Eu acho assim,
2467é delicado, inclusive nós dizermos que nós não vamos encarar a discussão de
2468uma necessidade real porque as nossas dificuldades financeiras, e como você
2469está dizendo dos próprios, de quem vai fazer isso depois lá, não que ela não
2470seja real. Eu queria registrar porque isso é realmente uma realidade
2471preocupante, eu sou da Amazônia, nós temos visto isso e aí nós continuamos
2472também maquiando determinados lugares que nós dizemos que existem
2473Unidades e não existem mais. Que também facilita para daqui uns dias nós
2474irmos lá e dizer: “não, a unidade acabou porque ela foi antropizada”. Então,
2475assim, tem tiro no pé para os dois lados, eu acho que se hoje o Ministério tem
2476essa dificuldade agora, ela dói no coração nós olharmos porque infelizmente
2477sem isso nós continuamos sabendo que a lacuna vai continuar aí. Por isso que
2478eu digo que eu tenho dificuldade de entender que elas não seriam critérios
2479mínimos com poder de realmente trazer isso para um debate porque ou hoje,
2480ou amanhã ou depois nós vamos ter que ter coragem de enfrentar essa
2481situação. Não que não seja real hoje a necessidade.

2482

2483

2484**O SR. FILIPE MELO REZENDE (ICMBio)** – Essa análise eu acabei fazendo
2485muito fazendo a análise justamente das situações, das diferentes situações, eu
2486trabalhei no Iguazu, eu também peguei muito tempo de Amazônia. Então
2487assim, nós vemos a realidade mesmo dentro do ICMBio. Agora, se serve um
2488pouco para te acalmar um pouco, nós também temos como Meta de Aichi, quer

2489dizer, a questão da avaliação, então é uma situação que necessariamente, é
2490uma agenda que tende a cada dia mais estar em pauta, quer dizer, nós vemos
2491que a preocupação com relação à avaliação da efetividade você trazer
2492elementos, inclusive para a sociedade e demonstrar para o público, para o
2493usuário direto ou indireto das Unidades de Conservação o que está sendo, o
2494grau de implementação, esse tipo de situação. Acho que isso daí é uma
2495agenda que tende a estar cada dia mais presente, na realidade, na gestão das
2496áreas protegidas na categoria de Unidades de Conservação.

2497

2498

2499**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Bom, sem querer
2500apressar, mas já apressando, podemos passar, portanto, para a deliberação?
2501Eu achei bastante interessante suas considerações, mas nós temos que
2502chegar algum encaminhamento dado o adiantado da hora e o meu avião, nós
2503temos que entrar em um acordo. Concordamos com a observação da
2504Alessandra ou até mesmo com o voto contrário da Contag em relação à
2505proposta de alteração de Resolução para recomendação? Alguma objeção?
2506Você quer deixar registrados. Alessandra, formalmente.

2507

2508

2509**A SRª. ALESSANDRA DA C. LUNAS (Contag)** – Acho que sim, os outros
2510Conselheiros já manifestaram na minha fala a concordância, eu quero deixar
2511registrado da nossa parte como sociedade civil de contrariedade somente de
2512recomendação. Eu quero deixar registrado.

2513

2514

2515**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** – Por maioria
2516então, os Conselheiros aqui presentes, fica aprovada a proposta de alteração,
2517proposta de Resolução para proposta de recomendação, mas na expectativa
2518de, quem sabe, Não é, Alessandra? Em um desdobramento mais avançado
2519dos desenvolvimentos dos trabalhos do grupo, algo mais vinculante. Acho que
2520chegamos ao final da reunião. Eu queria agradecer, pedir desculpas qualquer
2521coisa, agradecer a Adriana que conduziu a reunião mais do que eu, na
2522verdade. Entende como melhor do que ninguém o funcionamento aqui do
2523Conama. É isso. Agradecer presença de todos e aguardamos uma próxima
2524convocatória para as nossas atividades. Obrigado.